

Terça-feira, 24 de Junho de 1986



DIÁRIO da Assembleia da República

IV LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1985-1986)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 23 DE JUNHO DE 1986

Presidente: Ex.^{mo} Sr. José Rodrigues Vitoriano

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Reinaldo Alberto Ramos Gomes

Rui de Sá e Cunha

José Manuel Mala Nunes de Almada

SUMÁRIO. — O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 35 minutos.

Deu-se conta dos diplomas entrados na Mesa.

Iniciou-se o debate sobre a interpelação n.º 1/IV (PCP) — Abertura de um debate de política geral centrado predominantemente nas orientações e actuações governamentais na área do sector público da economia, nomeadamente quanto à CNP, EDP, QUIMIGAL e outros interesses públicos da economia, bem como sobre a política social, designadamente em relação ao desemprego e à continuação dos salários em atraso.

Intervieram, a diverso título, além dos Srs. Ministros da Indústria e Comércio (Santos Martins) e do Plano e da Administração do Território (Valente de Oliveira), os Srs. Deputados Octávio Teixeira, Sérgio Ribeiro, Ilda Figueiredo e Carlos Carvalhas (PCP), Rui Machete e Próspero Luís (PSD), Nogueira de Brito (CDS), Carlos Brito (PCP), João Corregeror da Fonseca (MDP/CDE), João Cravinho (PS), Victor Ávila (PRD) e Ivo Pinho (PRD).

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 19 horas e 50 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 15 horas e 35 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Abílio Gaspar Rodrigues.

Amândio Anes de Azevedo.

Amândio Santa Cruz Basto Oliveira.

Amélia Cavaleiro Andrade Azevedo.

António d'Orey Capucho.

António Jorge de Figueiredo Lopes.

António Manuel Lopes Tavares.

António Paulo Pereira Coelho.

António Roleira Marinho.

António Sérgio Barbosa de Azevedo.

Aurora Margarida Borges de Carvalho.

Belarmino Henriques Correia.

Cândido Alberto Alencastre Pereira.

Cecília Pita Catarino.

Cristóvão Guerreiro Norte.

Domingos Duarte Lima.

Fernando Dias de Carvalho Conceição.

Fernando José Próspero Luís.

Fernando Manuel A. Cardoso Ferreira.

Francisco Jardim Ramos.

Francisco Mendes Costa.

Henrique Luís Esteves Bairrão.

Henrique Rodrigues Mata.

João Álvaro Poças-Santos.

João Domingos Abreu Salgado.

João Luís Malato Correia.

João José Pimenta de Sousa.

João Maria Ferreira Teixeira.

Joaquim Carneiro de Barros Domingues.

Joaquim da Silva Martins.

José Ângelo Ferreira Correia.

José Augusto Santos Silva Marques.

José Filipe de Athayde Carvalhosa.

José Francisco Amaral.

José Guilherme Coelho dos Reis.

José Júlio Vieira Mesquita.

José Manuel Rodrigues Casqueiro.

José Mendes Bota.

Luís António Damásio Capoulas.

Luís Manuel Costa Geraldes.

Luís Manuel Neves Rodrigues.

Manuel Ferreira Martins.

Mário de Oliveira Mendes dos Santos.

Miguel Fernando Miranda Relvas.

Reinaldo Alberto Ramos Gomes.

Rui Manuel Parente Chancerelle Machete.
Valdemar Cardoso Alves.
Virgílio de Oliveira Carneiro.

Partido Socialista (PS):

Alberto Marques de Oliveira e Silva.
Américo Albino Silva Salteiro.
António de Almeida Santos.
António Carlos Ribeiro Campos.
António Frederico Vieira de Moura.
António Manuel Azevedo Gomes.
António Miguel Morais Barreto.
Carlos Manuel Luís.
Eduardo Ribeiro Pereira.
Francisco Manuel Marcelo Curto.
Hermínio da Palma Inácio.
Jaime José Matos da Gama.
João Cardona Gomes Cravinho.
João Eduardo Coelho Ferraz de Abreu.
José Barbosa Mota.
José Manuel Lello Ribeiro de Almeida.
José Manuel Torres Couto.
José dos Santos Gonçalves Frazão.
Júlio Francisco Miranda Calha.
Mário Augusto Sottomayor Leal Cardia.
Raul Manuel Gouveia Bordalo Junqueiro.
Ricardo Manuel Rodrigues de Barros.
Victor Manuel Caio Roque.

Partido Renovador Democrático (PRD):

Alexandre Manuel da Fonseca Leite.
António Alves Marques Júnior.
António Eduardo de Sousa Pereira.
António Lopes Márques.
António Magalhães de Barros Feu.
Carlos Alberto Narciso Martins.
Carlos Joaquim de Carvalho Ganopa.
Eurico Lemos Pires.
Francisco Armando Fernandes.
Francisco Barbosa da Costa.
Hermínio Paiva Fernandes Martinho.
Ivo Jorge de Almeida dos Santos Pinho.
Joaquim Jorge Magalhães Mota.
José Alberto Paiva Seabra Rosa.
José Caeiro Passinhas.
José Carlos Torres Matos de Vasconcelos.
José Carlos Pereira Lilaia.
José Fernando Pinho da Silva.
José Luís Correia de Azevedo.
José Rodrigo da Costa Carvalho.
Maria Cristina Albuquerque.
Maria da Glória Padrão Carvalho.
Rui de Sá e Cunha.
Tiago Gameiro Rodrigues Bastos.
Vasco da Gama Lopes Fernandes.
Vasco Pinto da Silva Marques.
Vitorino da Silva Costa.
Victor Manuel Ávila da Silva.
Victor Manuel Lopes Vieira.

Partido Comunista Português (PCP):

Álvaro Favas Brasileiro.
António Anselmo Aníbal.
António da Silva Mota.
António Manuel da Silva Osório.
Belchior Alves Pereira.

Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas.
Carlos Alfredo de Brito.
Carlos Manafaia.
Custódio Jacinto Gingão.
Francisco Miguel Duarte.
José António Gonçalves do Amaral.
João Carlos Abrantes.
Joaquim Gomes dos Santos.
Jorge Manuel Abreu de Lemos.
Jorge Manuel Lampreia Patrício.
José Manuel Antunes Mendes.
José Manuel Maia Nunes de Almeida.
José Rodrigues Vitoriano.
Luís Manuel Loureiro Roque.
Manuel Rogério de Sousa Brito.
Maria Alda Barbosa Nogueira.
Maria Ilda Costa Figueiredo.
Maria Margarida Tengarrinha.
Octávio Augusto Teixeira.
Rogério Paulo Sardinha de S. Moreira.
Zita Maria de Seabra Roseiro.
Sérgio José Ferreira Ribeiro.

Centro Democrático Social (CDS):

Abel Augusto Gómes de Almeida.
Adriano José Alves Moreira.
António José Tomás Gomes de Pinho.
João Gomes de Abreu Lima.
José Maria Andrade Pereira.
José Miguel Nunes Anacoreta Correia.
Narana Sinai Coissoró.
Pedro José Del Negro Feist.

Movimento Democrático Português (MDP/CDE):

João Cerveira Corregedor da Fonseca.

Deputados independentes:

António José Borges de Carvalho.
Gonçalo Pereira Ribeiro Telles.
Maria Amélia do C. Mota Santos.

O Sr. Presidente: — O Sr. Secretário vai anunciar os diplomas entrados na Mesa.

O Sr. Secretário (Reinaldo Gomes): — Deram entrada na Mesa e foram admitidos os seguintes diplomas: projecto de resolução n.º 25/IV, apresentado pelo PCP, sobre a cessação da declaração da TAP, E. P. em situação económica difícil, que baixa à 5.ª Comissão; ratificação n.º 79/IV relativa ao Decreto-Lei n.º 130/86, de 7 de Junho, que aprova a Lei Orgânica do Ministério do Plano e da Administração do Território, apresentada pelo Sr. Deputado João Amaral e outros do PCP; projectos de lei n.º 241/IV, apresentado pela Sr.ª Deputada Maria Odete Santos do PCP, que propõe a criação da freguesia do Carvalhal, no concelho de Grândola, que baixa à 10.ª Comissão; n.º 242/IV, apresentado pelo Sr. Deputado Carlos Brito e outros do PCP, que assegura a rectificação e acautela a não repartição de distorções operadas pelo Governo no tocante ao regime remuneratório e fiscal dos títulos de participação; que baixa à 5.ª Comissão; n.º 243/IV, apresentado pelo Sr. Deputado Carlos Brito e outros do PCP, que pretende pôr cobro à concessão arbitrária pelo Governo de isenções do imposto

de capitais e do imposto complementar aos rendimentos de obrigações, que baixou igualmente à 5.ª Comissão; n.º 244/IV, apresentado pelo Sr. Deputado Ivo Pinho e outros do PRD, sobre iniciativas locais a favor do emprego, que baixa à 3.ª Comissão; n.º 245/IV, apresentado pelo Sr. Deputado Carlos Brito e outros do PCP, que propõe a defesa das empresas nacionalizadas contra actos inconstitucionais de alienação ou oneração dos seus bens, que baixa à 1.ª Comissão, e n.º 246/IV, apresentado pelo Sr. Deputado Carlos Brito e outros do PCP, que pretende que seja eliminada a obrigatoriedade das participações financeiras das empresas públicas de indústria e energia, que baixa à 5.ª Comissão.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos dar início ao debate da interpelação n.º 1/IV, do PCP — Abertura de um debate de política geral centrado predominantemente nas orientações e actuações governamentais na área do sector público da economia, nomeadamente quanto à CNP, EDP, e QUIMIGAL e outros interesses públicos da economia, bem como sobre a política social, designadamente em relação ao desemprego e à continuação dos salários em atraso.

Para abrir o debate, tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: O Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português interpelou o Governo com vista à abertura, que agora tem lugar, de um debate de política geral centrado predominantemente nas orientações e actuações governamentais na área do sector público e outros interesses públicos da economia, bem como sobre a política social, designadamente em relação ao desemprego e à continuação dos salários em atraso.

Esta interpelação traduz uma profunda preocupação do PCP decorrente de três factos fundamentais, cuja gravidade é cada vez mais evidente.

Primeiro, o Governo governa mal, malbaratando excepcionais condições favoráveis para travar a recessão e relançar a economia.

Segundo facto, a inconstitucional ofensiva governamental contra as empresas públicas e nacionalizadas destrói importantes riquezas nacionais, agrava a situação económica, priva o País de instrumentos vitais para o desenvolvimento, restaura privilégios e mecanismos especulativos e agrava dependências pondo em perigo o regime democrático.

Terceiro facto, o Governo ataca os direitos sociais, agrava o desemprego, recusa-se a cumprir a Lei da Assembleia da República contra os salários em atraso. Proliferam em Portugal as mais escandalosas formas de trabalho clandestino e precário. Alastrá a fome e a pobreza.

Importa que a Assembleia da República possa debater a situação criada com esta ofensiva e é fundamental que exerça plenamente as suas competências com vista a fazê-la cessar e abrir os caminhos do futuro melhor que o povo português exige.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O primeiro dos factos que salientei ninguém ousará negar. Nenhum governo beneficiou como este, à partida, de condições externas e internas tão favoráveis para promover o relançamento da actividade económica e inverter o processo da recessão.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Estas condições estão a ser criminosa e malbaratadas.

Os excedentes das contas externas, em vez de serem utilizados para pagar parte da dívida externa e diminuir os juros respectivos, que estrangulam a economia nacional, estão a ser improdutivamente encafuados no colchão.

A desaceleração da inflação que, sem mérito do Governo, se prolonga desde o 2.º semestre de 1985, em resultado de condições externas, não tem sido acompanhada de medidas tendentes ao aumento da produção e da produtividade que a consolidem a médio e longo prazos.

O investimento produtivo marca passo. O Governo impede administrativamente o investimento do sector empresarial do Estado, não por razões assentes na natureza, utilidade e rentabilidade dos projectos, mas apenas pelo velo antiempresas públicas. Investimentos orçamentalmente aprovados vêm atrasados o seu lançamento. Fracassou totalmente a aposta do Governo no relançamento do investimento do sector privado: o Governo esqueceu os efeitos multiplicadores do investimento do sector público no investimento privado e olvidou que os empresários investem, os que investem, quando perspectivam o alargamento do mercado.

A verdade, senhores deputados, é que com a política do Governo tais perspectivas não existem. A actividade produtiva mantém-se num confrangedor e grave marasmo. O mercado interno não se alarga porque a política governamental é contrária ao aumento do emprego, visa agravar ainda mais a socialmente injusta e economicamente errada repartição do rendimento, repudia a melhoria das condições de vida do povo português. Por sua vez, e inversamente às propagandas ilusões da adesão ao Mercado Comum, o mercado externo tende a restringir-se, quer no âmbito de países da CEE, com especial realce para a Espanha, quer outros mercados externos, como o dos Estados Unidos da América, por efeito directo dessa mesma adesão.

O inquérito do Instituto Nacional de Estatística à indústria transformadora no 1.º trimestre de 1986, assinala «um abrandamento em relação ao ritmo de crescimento que se havia verificado nos três últimos trimestres de 1985», extensivo a todo o tipo de bens. E, apesar da desaceleração das exportações, refere o mesmo inquérito que «a procura externa desempenhou, no período em análise, um papel amortecedor em relação aos efeitos negativos gerados pela retracção da procura interna»!

Pior, esta situação tende a agravar-se a curto prazo e de forma acelerada. O Governo tem dado mostras de uma inaceitável inacção na defesa dos interesses nacionais (vejam-se as decisões comunitárias sobre as licenças para a pesca do atum e sobre as regras de origem, e também o que se passa com a interdição da pesca do bacalhau nas águas canadenses e as restrições administrativas que a Espanha impõe às nossas exportações). O governo do PSD está apostado em transformar o País num mero entreposto comercial.

A Sr.ª Maria Santos (Indep.): — Muito bem!

O Orador: — A Assembleia da República não pode permitir a continuação deste malbaratar de recursos e este agravamento de dependências que renova na nossa época o vergonhoso espírito do Tratado de Methween.

Importa assinalar, em segundo lugar, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que o governo de Cavaco Silva desencadeou uma nova, inconstitucional e ilegal ofensiva contra o sector público da economia, visando acelerar o processo de reprivatização de facto e promover a transferência forçada para o grande capital de sectores e empresas importantes na estrutura produtiva nacional.

Se é certo que o projecto de destruição sistemática e programada do sector empresarial do Estado não é de hoje, não é menos verdade que com o actual governo do PSD conhece um novo impulso que os partidos democráticos da Assembleia da República não podem consentir.

A nova ofensiva contra o sector público da economia assume as mais diversas formas e contornos, inteiramente inaceitáveis.

Em primeiro lugar, não pode aceitar-se, senhores deputados, a extinção de empresas como o Complexo Agro-Industrial do Cachão e a Companhia Nacional de Petroquímica, visando a posterior venda, por valores simbólicos, dos seus activos ao grande capital. O caso da CNP é paradigmático das razões que movem o governo de Cavaco Silva: indiscutível que é o seu interesse macroeconómico da empresa, o Governo decide a sua extinção por razões de rentabilidade no preciso momento em que os seus resultados de exploração corrente se tornam positivos.

Em segundo lugar, é escandaloso o desmembramento e desmantelamento de empresas, com o objectivo de proceder a uma revisão de facto do princípio constitucional da irreversibilidade das nacionalizações e de entregar aos grandes interesses económicos os sectores e partes mais lucrativos: é o que o Governo pretende fazer, designadamente, na EDP (entregando ao capital a distribuição de energia), QUIMIGAL (reprivatizando as actuais divisões lucrativas), Rodoviária Nacional (vendendo o centro de mercadorias), EPAC (entregando o mercado de cereais às multinacionais), Administração-Geral do Açúcar e do Álcool (impedindo-a de intervir no mercado do açúcar), TLP, CTT, TAP, etc.

Em terceiro lugar, não pode continuar a restrição, na prática, da actividade de empresas nacionalizadas para viabilizar o crescimento de empresas privadas, e a concessão a estas de condições de exercício da actividade objectivamente preferenciais, como sucede, nomeadamente, no sector bancário.

Em quarto lugar, é preciso que a Assembleia da República acabe com o incrível leilão de participações financeiras de empresas públicas, como as da QUIMIGAL na FISIPE, LUSOFANE e SITENOR, ou as do Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa nas Fábricas Mendes Godinho. E impõe-se a revogação (já proposta pelo PCP) do despacho ilegal do Secretário de Estado da Indústria e Energia que obriga as empresas públicas sob sua tutela a venderem todas as participações que detêm, independentemente de terem ou não interesse estratégico para a própria actividade da empresa. Há que revogar também o não menos ilegal e escandaloso diploma do Ministro das Finanças que dá ao grande capital o poder de desencadear o processo de alienação de qualquer participação que cobice a alguma empresa pública, mesmo contra a vontade desta.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Um escândalo!

O Orador: — Feito isso, o potencial comprador fica a poder exercer durante anos os direitos de gestão em nome da empresa pública detentora da participação financeira, para só depois decidir, em definitivo, da compra ou não da participação cobiçada.

Em quinto lugar, está a verificar-se a tentativa de abertura do capital social de empresas públicas aos interesses privados. Veja-se o que se anuncia desde já para a Sociedade Financeira Portuguesa e o que de facto se está a processar com a emissão dos chamados «títulos de participação», já emitidos no Banco Português do Atlântico e no Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa, com emissões autorizadas para Banco Pinto & Sotto Mayor e para o Banco Totta & Açores e anunciadas para a TABAQUEIRA, PORTUCEL, EDP, Metropolitano e EPAL. A legislação sobre títulos de participação concede aos seus detentores direitos de informação e de fiscalização idênticos aos concedidos aos accionistas de qualquer sociedade anónima, e não limita sequer a natureza dos detentores desses títulos; por exemplo, a recente emissão de 6 milhões de contos de títulos de participação pelo BESCL, que passam a representar 40% do capital próprio do Banco, pode ser adquirida por quaisquer bancos privados seus concorrentes, pelo próprio banco do grupo Espírito Santo, agora criado.

Vozes do PCP: — É um escândalo!

O Orador: — Pior ainda, o Governo, através das portarias de autorização de emissão do BPA e do BESCL, concedeu aos detentores de títulos, extraviando ilegalmente o próprio decreto-lei que os criou, o direito de participar na apropriação dos resultados não distribuídos, que só ao Estado, como proprietário do capital social, pertencem, consubstanciando um indissfarçável e ilegal locupletamento do capital privado à custa do erário público!

Importa que a Assembleia da República ponha cobro a esta situação através de lei adequada (para a qual, aliás, o PCP adiantou já um contributo).

Finalmente, senhores deputados, não podemos deixar continuar a asfixia económica e financeira de empresas públicas, designadamente através da não dotação de capitais próprios, da proibição administrativa de investimentos, do não pagamento de adequadas indemnizações compensatórias, do não cumprimento dos contratos-programa, da obrigatoriedade de serem as próprias empresas a suportarem o IVA que é cobrado pelos serviços que prestam, como sucede nomeadamente com a EDP e as empresas públicas de transportes.

As alterações que neste âmbito foram introduzidas no Orçamento do Estado, apesar das obstruções do Governo, foram um primeiro passo positivo, que importa aprofundar.

Tal como importa ponderar a situação criada pela forma como o Governo tem vindo a fixar os valores definitivos das indemnizações aos ex-monopolistas. Esses valores ultrapassam largamente os anteriormente fixados e muito mais ainda o valor económico das empresas à data da sua nacionalização. Os valores de indemnização que agora estão a ser fixados são um verdadeiro escândalo financeiro. Os dados relativos a apenas dez empresas mostram que os valores de indemnização aumentam de 3,4 para 9,3 milhões de contos! O que significa que o valor global das indemnizações

viria a atingir os 400 milhões de contos. Para além de ser o negócio da vida dos ex-monopolistas, que viabilizaram e suportaram o regime fascista, esta sobrevalorização viria a servir a um qualquer governo do capital monopolista, como o actual, para, argumentando com a impossibilidade do Estado pagar tal valor, proceder à devolução das empresas nacionalizadas aos ex-monopolistas.

Uma voz do PCP: — Ora aí está!

O Orador: — É igualmente preocupante, Sr. Presidente e Srs. Deputados, e exige medidas urgentes o nefasto processo da chamada «liberalização do mercado financeiro», que se encontra em curso.

Os «falcões» do mercado financeiro, os mais acérrimos defensores e interessados num mercado parasitário e especulativo, ganharam alento com a actuação da equipa do Ministério das Finanças e rejubilaram com as circunstâncias que permitiram a transferência do «falcão-mor» da Secretaria de Estado do Tesouro para o governo do Banco de Portugal. Novo governador do BP, que mantém o seu lugar na administração de uma instituição parabancária cuja actividade e lucros dependem em elevado grau da legislação que preparou enquanto Secretário de Estado e da regulamentação que lhe incumbirá enquanto governador!

O Sr. António Mota (PCP): — É um vê se te avias!

O Orador: — Neste domínio queremos alertar a Assembleia da República para três aspectos.

Primeiro, a especulação bolsista impulsionada pelo Governo é um facto e, a não ser travada, rapidamente reproduzirá uma situação perigosamente idêntica à vivida na Bolsa nas vésperas da Revolução de Abril (só nos dois primeiros meses deste ano a cotação média das acções na Bolsa de Lisboa aumentou 35% face a Dezembro, sem que quaisquer razões de ordem económica o justificassem).

Segundo aspecto, a febre da desregulamentação do sistema financeiro e da desintermediação bancária de que o Governo tem dado provas põe em sério risco a solidez do sistema bancário.

Em terceiro lugar, a anunciada aposta do Governo e do actual governador do Banco de Portugal na completa liberalização das taxas de juro, a concretizar-se, teria efeitos fortemente negativos nas empresas nacionais, dados o seu generalizado elevado grau de endividamento e a rigidez da procura de crédito em relação ao nível das taxas de juro.

Trata-se de um grupo de questões graves e sérias de que a Assembleia da República, e nomeadamente a Comissão de Economia, Finanças e Plano, se não podem dissociar e cujo acompanhamento de perto se impõe assegurar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Importa que a Assembleia da República pondere serena e profundamente as formas de defesa e dinamização do sector empresarial do Estado, pois por ele passa o futuro do necessário desenvolvimento económico e social.

(Como contributo para esse trabalho elaborámos um pequeno documento com elementos numéricos fundamentais para avaliar a situação existente, que distribuiremos a todos os senhores deputados e aos órgãos da comunicação social.)

Os próceros do capital monopolista nunca aceitaram o sector empresarial do Estado, desde sempre o tentaram destruir, vilipendiando-o e condenando-o como o bode expiatório de todos os males de que a economia padece. Não pensam em geri-lo, mas em destruí-lo. Chegou-se ao ponto de o presidente do conselho de gestão da TAP se afirmar abertamente no acto de posse como defensor da reprivatização das empresas públicas. Esse gestor foi aplaudido pelo mesmo governo que demitiu o presidente do conselho de gestão do Banco Fonsecas e & Burnay por ter ousado defender a empresa pública que geria. Esse gestor considerou que a ideia de que «apenas há a esperar das empresas privadas» era uma máxima de «manual de doutrinação ideológica», «guião esfiapado e amarelecido pelo tempo de conservação em naftalina no baú de um qualquer respeitável bisavô».

O bisavô, Cavaco Silva, não gostou e... demitiu-o. É um escândalo!

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Apesar de tudo isto, o sector empresarial do Estado continua a ser uma realidade, que vem resistindo, mas com pesados custos, a todas as ofensivas que contra ele têm sido desencadeadas e à instrumentalização de que tem sido objecto para viabilizar sectores e empresas privadas, para o financiamento da balança de pagamentos, para conter a inflação e para reduzir o défice orçamental.

A interpelação do PCP visa sublinhar fortemente que a recuperação das empresas públicas em dificuldade e a dinamização de todo o sector empresarial do Estado são factores fundamentais à recuperação e ao relançamento económico. Ao Estado não se pedem benesses para as empresas públicas, mas é de lhe exigir que não actue como o seu principal inimigo e que assuma as suas responsabilidades de gestão e orientação em benefício do interesse nacional.

O Governo minoritário do Partido Social-Democrata não quer, e, ainda que quisesse, não estaria em condições de assegurar essas responsabilidades.

A interpelação do Partido Comunista Português é também um contributo para que a Assembleia da República possa encontrar, em tempo útil e pelos meios constitucionalmente adequados, a resposta institucional e política para esta situação, que urge ultrapassar para defesa do regime democrático e do interesse nacional.

Aplausos do PCP e do MDP/CDE.

O Sr. Presidente: — Para formularem pedidos de esclarecimento, inscreveram-se os Srs. Deputados Rui Machete e Próspero Luís, aos quais a Mesa dará a palavra somente no fim desta fase de abertura do debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Sérgio Ribeiro, para fazer uma intervenção.

O Sr. Sérgio Ribeiro (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: O quadro económico e financeiro que o meu camarada Octávio Teixeira acaba de traçar é bem o retrato de uma política que não visa o bem-estar dos Portugueses e tem vindo a agravar a já degradada situação social neste país de salários em atraso, de desemprego, de fome, de pobreza. Não são só as estatísticas e os indicadores tecnocráticos que no-lo revelam, é a nossa vivência dos

problemas; é a verificação diária e a observação directa resultantes das visitas a regiões e a empresas que temos vindo a realizar, é o contacto com trabalhadores e com as populações.

As estatísticas não dizem tudo e, além disso, o Governo manipula-as. Ainda recentemente o Sr. Ministro das Finanças aproveitou o inquérito ao emprego do Instituto Nacional de Estatística para levantar dúvidas sobre a consistência técnica e metodológica da recolha de estatísticas. Limitando a sua observação ao conceito operativo população activa, o Sr. Ministro das Finanças esqueceu (ou quis que fosse esquecido) o mais significativo: a aceleração da queda do número da população empregada, dos trabalhadores por conta de outrem, das trabalhadoras. Dispensando-vos da necessariamente cansativa demonstração da fragilidade técnica e metodológica revelada na apreciação das estatísticas (não inocente), depositarei na Mesa da Assembleia da República, no termo desta intervenção, para distribuição pelos senhores deputados, pela comunicação social e pelo Governo, um documento em que, ponto por ponto, se analisa e dilucida o que o Sr. Ministro das Finanças quis esconder de essencial mostrando o discutivelmente operativo. Outra fonte estatística do Ministro do Trabalho revela que, no último trimestre de 1985, as admissões por novos contratos permanentes não chegaram a 12% do total das entradas, enquanto perto de 75% o foram por contrato a prazo e as restantes à tarefa ou contratação ainda mais precária. Pelo lado das saídas, mais de 55% foram-no por cessação dos contratos a prazo. Fácil é ver que tudo joga, mesmo que os números não se tomem por exactos, como tem de ser em extração de amostras: o INE revela que o saldo em postos de trabalho é crescentemente deficitário, o Ministro do Trabalho que o movimento é predominantemente com trabalhadores com contratos de trabalho precários. Isto é: a precarização de hoje facilita e estimula a destruição de postos de trabalho amanhã. É esta a flexibilização que o Governo pretende acelerar. Para isso pretendia obter a autorização legislativa que esta Assembleia acaba de lhe negar.

O problema do emprego-desemprego está imbricado com o dos salários em atraso e o das condições de trabalho e direitos dos trabalhadores.

Apesar das informações que o Governo veicula, os salários em atraso continuam a ser uma insólita particularidade portuguesa. Levantamento feito pela CGTP-IN, relativo ao final de Abril e só abrangendo sete distritos, estima em 88 000 os trabalhadores credores de salários de 751 empresas. Responderá o Governo com os seus números; mas que credibilidade merecem eles? Em que levantamento se fundamentam? Porque não aceita a «arbitragem» da Organização Internacional do Trabalho? Esta é uma questão à qual o Governo não pode fugir durante esta interpelação.

O desemprego, a precarização do emprego, a clandestinização e a «domesticção» da população activa potencial (mais de 100 000 trabalhadoras foram abatidas ao activo da população activa nos últimos dois anos, passando a domésticas!), os salários em atraso, juntam-se aos problemas da saúde, da educação, da habitação (que o aumento das rendas só veio agravar). E é também o ataque aos direitos adquiridos dos trabalhadores, por vezes ao nível da verdadeira traficância, procurando levar-se os trabalhadores a prescin-

direm desses direitos, como condições de trabalho, horários, refeitórios e subsídios de alimentação, transporte, etc., a troco de normalização salarial.

As estatísticas não dizem tudo nem da situação económica nem — muito menos — dá situação social. A nós não nos bastam, não obstante procurarmos interpretá-las correctamente. Quando falamos das consequências sociais da política económica conhecemos, ao vivo, a ansiedade que provoca em tomar a luta pela posse da Mendes Godinho — que acaba de levar o Supremo Tribunal Administrativo a suspender despachos deste Governo (e o Governo não poderá deixar de esclarecer a sua posição sobre esta questão até ao fim deste debate!).

Quando falamos dos vidreiros e da sua situação não nos é suficiente traduzi-la nos mais de 14% de trabalhadores por conta de outrem no distrito de Leiria com os salários em atraso; estivemos em suas casas, na Marinha Grande, avaliamos as suas dificuldades. Quando nos referimos à situação do concelho do Cartaxo e do distrito de Santarém sabemos do que falamos, porque por lá andámos.

O Sr. Lima Duarte (PSD): — Está armado em polícia!

O Orador: — Confrontando as consequências no quotidiano da população de uma política que faz com que, no distrito, o número de desempregados inscritos nos centros de emprego passem de 15 000 em Outubro de 1985 para 21 661 em Março de 1986. A Assembleia da República não pode ficar indiferente à situação de fome do distrito de Setúbal, à dramática situação dos trabalhadores da CIFA do Porto, dos têxteis do Norte, das Minas da Panasqueira, às consequências da destruição do Cachão, ao desemprego no Alentejo, à luta dos trabalhadores da SOREFAME e da metalomecânica pesada, dos pescadores e conserveiros do Algarve e à situação de tantas outras vítimas da política económica deste Governo, como os reformados, os pensionistas, os idosos.

Há, hoje, em Portugal, um tema que se impõe aos sociólogos, aos economistas e aos órgãos de soberania: é o da pobreza. Também o da falta de perspectivas para os jovens no campo da educação, da formação profissional, do emprego e os dois temas não são tão distintos como possa parecer. Não é com panaceias e demagogias que se podem resolver os problemas da juventude portuguesa. É com uma política voltada para os problemas sociais, para a pobreza de hoje: Esta Assembleia não o pode ignorar.

Significativamente, no ano passado, uma missão PIACT-OIT recomendou prioritariamente ao Governo a elaboração e execução de uma política nacional, coerente e integrada, de melhoria das condições e meio de trabalho. Em vez da adopção dessa recomendação, o actual Governo tem tomado parte activa na tentativa de liquidação dos direitos dos trabalhadores, através do sector empresarial do Estado. A declaração de empresas em situação económica difícil tem servido para pressionar os trabalhadores por forma a fazerem-nos aceitar condições de trabalho mais desfavoráveis. A TAP pode servir de ilustração. Primeiro, a manutenção do «regime sucedâneo» decorrente do injustificado prolongamento da situação económica difícil tem posto em causa, desde há seis anos, o princípio da livre contratação colectiva. É uma situação a que urge pôr termo

e nesse sentido o Partido Comunista Português apresentou um projecto de lei. Conhecidas que são as posições já assumidas pelos partidos democráticos, cabe agora à Assembleia da República dar-lhe forma definitiva. Depois, a empresa pública tem utilizado a contratação a prazo, e no dia 20 de Junho eram 554 os trabalhadores que tinham esse vínculo com a empresa, merecendo referência o caso de Faro, em que era de 168 o número de contratos a prazo. Ainda e mais grave, a empresa tem intensificado o recurso ao aluguer de mão-de-obra, o que tem servido não para satisfazer uma eventual necessidade de contratos de prestação de serviços a terceiros mas sim para compensar a redução dos postos de trabalho, como processo de intensificação de ritmos de trabalho e horários, que levam a turnos de 14 horas e períodos de trabalho de 29 horas consecutivas, e isto porquê? Porque, como lemos em documento da empresa assinado por membro do conselho de gestão, a prestação de trabalho pelos referidos trabalhadores não está sujeita às regras extremamente limitativas vigentes na TAP em matéria de horários de trabalho «e assim se chega às jornadas do trabalho de quase 30 horas, e assim acontece para ser possível», volto a citar, «um melhor aproveitamento, flexível, do tempo de trabalho, do que resulta igualmente economia considerável».

Triste exemplo, que ainda mais o é —se possível— por se comprovar que a dita «economia considerável» não existe, antes o recurso a tal aluguer de mão-de-obra representa um ónus para a empresa superior ao encargo que resultaria de contratação a prazo, como o demonstra a comissão de trabalhadores em estudo documentado, apesar das reservas que coloca a este tipo de relação contratual. Triste exemplo, que responsabiliza um governo que nomeia para presidente do conselho de gestão desta empresa pública alguém que, além do que por cá tem dito, em Londres, na sede de um concorrente, traça publicamente um quadro negro da empresa de que é gestor e anuncia a disposição de reduzir o pessoal em 20%.

Empregando imagem bem actual, senhores deputados, este Governo parece uma equipa de futebol que, ao entrar em campo, tem o sol a favor, o vento pelas costas, beneficia de um certo desnível do terreno, conta com «simpatia do árbitro e dos juízes de linha e espera pela decisão por *penalties*», incapaz de se atirar para o chão na grande área, onde não arranja competência para entrar!

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Ele é o ambiente envolvente de recuperação económica, ele é o dólar, ele são as taxas de juro, ...

O Sr. António Capucho (PSD): — Têm piadas novas!

O Orador: — ... ele é o petróleo, e o Governo enfeita-se com os efeitos destas benesses importadas a fundo perdido, compraz-se com a evolução da taxa de inflação, diverte-se (isto é, faz manobras de diversão) com conflitos institucionais, aguarda «panglossianamente» que tudo corra bem na melhor das CEEs.

Mas que significado social tem a descida da taxa de inflação que a madrinha da conjuntura económica internacional ofereceu a estes afilhados que nada

fizeram para a merecer se os trabalhadores-consumidores não vêm traduzida no seu dia-a-dia? Que credibilidade técnica resiste à não tradução no quotidiano da população dos «éxitos» que chatamente se vão anunciando e ilustrando repetidamente na linguagem codificada da melhoria da balança de transacções correntes, da descida da taxa de inflação, enquanto os preços dos bens para as famílias continuam a crescer mais depressa do que os seus rendimentos familiares? Não se quer discutir tecnicamente, aqui e agora, a questão de saber se os ajustamentos salariais são para recuperar o poder de compra perdido ou para acompanhar a inflação que se espera irá ser. Não se quer polemizar teoricamente, aqui e agora, mas não são necessárias graduações académicas na nebulosa Inglaterra para se saber que se a população activa diminui, se os empregos diminuem mais, e ainda mais diminuem as e os trabalhadores por conta de outrem e com contrato estável, a descida da taxa de inflação e a subida dos salários reais podem ver-se acompanhadas por uma ainda pior parcela dos salários no rendimento nacional, por uma baixa real do nível de vida da população portuguesa, continuando, até agravando, o sentido anti-social de uma política económica que, antes, tinha taxas de inflação elevadas e salários reais a decrescer.

A Sr.ª Ilda Figueiredo (PCP): — Esta é que é a questão!

O Orador: — Dirá o Governo que a recuperação tem de passar pela criação de condições de relançamento da economia. E falará do médio e do longo prazos com tanta maior convicção quanto mais sinta que por eles não se possa responsabilizar.

Porque não será governo. Não vamos insistir na recusa da cínica sentença de que a longo prazo os pobres estarão mortos porque é hoje que vivem. Mas como aceitar expectativas ilusórias, de crescimento do produto interno bruto (PIB) a 4-6% ao ano, de 1986 a 1989, ligadas a projeções de laboratório de acréscimos de emprego de 1,5% para 1987 e 1988, passando depois a 2,5%, quando não se vislumbra a retoma do investimento produtivo, quando o Governo se demite desta função (ainda supletiva que fosse), remetido à sua tarefa de produtor de infra-estruturas (que não produz) e de difusor de informação (de que abusa), como auto-proclama nas grandes opções do Plano para 1986?

O Governo colocou o seu dito projecto de relançamento económico na dependência da «adesão total do sector privado», como também se lê nas grandes opções do Plano. Mas o sector privado não investe produtivamente, o Governo não quer e não deixa que o sector público o faça, antes procura destruí-lo e não lho permitem.

Tanta incompreensão é demais para um governo só, e minoritário ainda por cima.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Muito bem!

O Orador: — É um governo que está de mal com a Assembleia da República porque não o deixa fazer o que quer, como quereria; tem razões de queixa do sector privado porque este não investe produtivamente; está de «candeias às avessas» com os trabalhadores em resultado da degradação das condições sociais que a sua política tem provocado; tem sanha ao sector público da economia e ele está vivo e é cada vez mais neces-

sário, pelo que é e pelo que induz. Não há dúvida, o Governo só encontra para consolo o ombro dos que aproveitam a sua acção para especular, manobrar, obter benesses, para as negociatas e a corrupção. Não apenas é minoritário, o Governo está pouco e mal acompanhado!

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Os objectivos do investimento produtivo de criação-mantenção de nível de emprego passam pela existência de um sector público da economia mesmo quando, como é o caso do nosso, ele é caracteristicamente de fraca intensidade de mão-de-obra, dado o seu efeito multiplicador e indutivo. A dimensão regional do desenvolvimento económico e social (e perguntar-se-á se há desenvolvimento sem essa dimensão) dificilmente se concebe sem o Estado a orientá-lo, e por via de um sector empresarial do Estado articulando uma malha sectorial de aproveitamento de recursos espacialmente considerada.

Ao invés, o Governo alarga aos organismos de coordenação económica a sua intenção de extinguir, de desmembrar. E como essa intenção se vai concretizando — a Junta Nacional de Produtos Pecuários paralisada, a Comissão Reguladora de Produtos Químicos e Farmacêuticos em processo de extinção, a do Bacalhau em trânsito para empresa mista, etc. —, sem a criação de estruturas de substituição é um vazio que se provoca na coordenação económica a par da entrega de algumas actividades rentáveis e da transferência de património valioso para o privado, é o relaxamento do controle da qualidade, nalguns casos um verdadeiro perigo para a saúde pública, como no transporte e abate de animais, em nome do liberalismo económico, com o alibi da adaptação às necessidades resultantes da adesão às CEEs.

Daqui resulta — aspecto de não somenos importância — a situação de mais de 7000 trabalhadores definindo uma outra área de instabilidade de emprego com alternativa do pessoal se manter ou não na função pública, com o espectro do quadro de excedentes, com a passagem para o vínculo do contrato de trabalho em trânsito para maior precariedade e desemprego.

Mas é assim em toda a Administração Pública, onde, sob a capa do aumento da eficiência e da eficácia através da aplicação de instrumentos eufemisticamente chamados de mobilidade e reafectação e de reforço de incentivos à colocação do pessoal em zonas periféricas, se visa contribuir para uma flexibilização de facto enquanto a obsessão da rentabilidade financeira não consegue impor a institucionalização de mercado de trabalho em que alternem períodos de desemprego, parcial ou total, com períodos de recurso a horas extraordinárias não pagas. Esta instabilização e precarização invade o próprio sector da Administração, que estaria vocacionado para lutar contra e corrigir a instabilidade e precariedade da utilização da força de trabalho. A demonstrá-lo aí está o processo de transformação da antiga Direcção-Geral do Emprego, que levou à criação do Instituto de Emprego e Formação Profissional, em instalação, cujo estatuto — ainda não definido em definitivo — motiva sérias preocupações nos cerca de 2300 ainda trabalhadores da função pública que não sabem bem o que irão ser, sempre em nome de «estruturas flexíveis, eficazes e extremamente desconcen-

tradas», como disse o Sr. Ministro do Trabalho no acto de posse da actual comissão executiva, há já meio ano, desconhecendo os trabalhadores, ainda hoje, qual o regime de trabalho que irão ter ou por que poderão optar. Eficiência, descentralização? Decerto que sim, mas para que os instrumentos cumpram o seu papel ao serviço de uma política que melhore a vida dos Portugueses e não que só procure beneficiar interesses sedeados algures.

Não basta falar em investimento, é preciso que ele seja produtivo, é preciso que o investimento produtivo (qualquer a sua origem, se articule e integre numa política global que privilegie objectivos sociais, que crie empregos. Só com um sector público da economia dinâmico, interveniente, isso é possível, não com governos como este, que o querem destruir ou reduzir à sua mínima expressão possível. As questões sociais, nomeadamente a do emprego, não podem ser adiadas. A economia não funciona, nunca funcionou, à margem do trabalho vivo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Em relatório à III Conferência Regional Europeia da OIT, o director-geral do BIT fazia esta afirmação, que consideramos fulcral: «o desemprego agride ao atingir o rendimento mas sem dúvida agride ainda mais quando destrói por si próprio, quando homens e mulheres têm o sentimento de serem inúteis» ou — acrescentamos nós — de estarem vivendo de expedientes e serem considerados como números estatísticos manipuláveis.

Porque este Governo demonstrou não querer ou não ser capaz de encontrar soluções que dêem resposta à gravidade da situação social no nosso país, o PCP tomou a iniciativa desta interpelação. Esta Assembleia não pode deixar de se preocupar e de actuar positivamente para que estas soluções se encontrem.

Aplausos do PCP e do MDP/CDE.

O Sr. Presidente: — Para formular pedidos de esclarecimento ao Sr. Deputado Sérgio Ribeiro, inscreveu-se o Sr. Deputado Próspero Luís.

Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Ilda Figueiredo.

A Sr.^a Ilda Figueiredo (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: A necessidade de uma actuação positiva da Assembleia da República para pôr cobro à política de destruição das empresas públicas torna-se particularmente flagrante quando se examinam em pormenor os verdadeiros crimes económicos praticados pelo Governo contra concretas empresas públicas. Escolhemos o caso da EDP — como poderíamos ter escolhido outras empresas públicas — por ela ser hoje alvo de uma tentativa de desmembramento, feita com o falso pretexto da regionalização.

A EDP ilustra de forma exemplar a situação das empresas públicas sujeitas à pressão e estrangulamento do Governo: as tentativas do desmantelamento, a venda de participações, as elevadas dívidas do Estado e outras entidades públicas e privadas, a asfixia através de não dotações de capitais próprios, a tentativa de abertura do capital social através da emissão de títulos de participação, o uso da empresa pública como «fonte» de financiamentos externos, o corte administrativo nos investimentos, a contribuição para o Orçamento do Estado através do pagamento de impostos, nomeadamente do IVA.

O Governo, senhores deputados, pretende caminhar no sentido do retorno à situação anterior à nacionalização do sector da energia eléctrica e da constituição da EDP, quando empresas privadas detinham a produção e a grande distribuição, remetendo a pequena distribuição aos municípios e deixando por electrificar as zonas do interior, cujos custos de investimentos eram elevados e pouco ou nada lucrativos para os produtores e distribuidores privados.

É esse afinal o significado da medida contida na recente resolução do Conselho de Ministros que comete à EDP, apenas transitoriamente, os serviços de distribuição de electricidade em baixa tensão por um período de somente cinco anos. O Governo procura ocultar tudo isto dizendo que pretende «regionalizar a EDP». Mas não é isso que está realmente em causa: se pretendesse de facto a regionalização, bastaria aplicar os estatutos da empresa, que correspondem já a uma estrutura regionalizada.

É do desmantelamento da EDP que se trata! É certamente essa a «reestruturação» a que se referia o ex-Secretário de Estado do Tesouro, Tavares Moreira, quando recentemente proibiu a emissão de 15 milhões de contos de obrigações, autorizando só 5 milhões, fazendo depender o resto da futura reestruturação da EDP e do possível acordo do Banco Mundial.

O Governo aguarda a melhor altura para obrigar a empresa a recorrer à emissão de títulos de participação como forma de abrir o capital social ao sector privado, facilitando a entrada de grupos económicos no sector da energia eléctrica, garantindo-lhes a entrega das partes mais rentáveis da EDP após a conclusão do processo de destruição da empresa. Para essa destruição total o governo Cavaco Silva considera que cinco anos são suficientes!

Entretanto, prossegue a utilização da EDP como «fonte» de financiamento externo e de captação de divisas. Por exemplo, só este ano, a empresa já foi obrigada a angariar 40 milhões de contos em divisas.

Esta prática habitual deste e de outros governos anteriores, de usar as empresas públicas para captar as divisas necessárias à política económica que praticam e não por necessidades próprias das empresas, é tanto mais grave na EDP quanto mais de 80% do seu investimento é de produto nacional o que significa que o essencial das divisas obtidas pela EDP não foi por si utilizado, mas sim na cobertura dos défices do País.

Quem são, pois, senão este e anteriores governos os principais responsáveis pela elevada dívida externa da EDP?!

E, no entanto, desde 1978 que a empresa deixou de obter cobertura dos riscos cambiais pelo Fundo de Garantia, apesar das diferenças cambiais da dívida externa da EDP rondarem actualmente os 120 milhões de contos e de a empresa ter já pago mais de 45 milhões entre 1981 e 1984.

Outra forma de estrangulamento e de asfixia das empresas públicas, que na EDP assume aspectos escandalosos, é a não dotação de capitais próprios.

Para um investimento global dos 350 milhões de contos, que a empresa realizou entre 1980 e 1984, recebeu apenas cerca de 5 milhões de contos de dotações para aumento de capital próprio, apesar de tais investimentos visarem fundamentalmente a prestação de um

serviço público de primeira necessidade (a electrificação do País), envolvendo custos altíssimos e que deveriam ter uma comparticipação dos poderes públicos, proporcional a esses gastos.

Este ano, a exemplo dos dois últimos, o Governo não previu qualquer verba para dotação de capital da EDP, tendo a Assembleia da República decidido inscrever 2 milhões de contos no Orçamento do Estado, apesar de se saber que a EDP contribui com largos milhões para o Orçamento do Estado, dado estar a suportar a aplicação do IVA.

Mas esta situação é agravada pelas elevadas dívidas dos clientes, na ordem dos 180 milhões de contos, merecendo especial destaque as autarquias (cerca de 97 milhões) e o sector privado (mais de 66 milhões). São, aliás, as dívidas das empresas privadas aquelas que mais têm crescido, estando a EDP a ser utilizada para financiar entidades públicas e privadas ao serviço de interesses alheios à empresa, contribuindo para o agravamento da sua situação económico-financeira e para os pesadíssimos encargos financeiros que desequilibram a sua estrutura de custos.

Se a tudo isto adicionarmos as elevadas dívidas do Fundo de Apoio Térmico, da ordem dos 80 milhões, podemos concluir que rondam os 400 milhões de contos as responsabilidades do Estado e de outras entidades públicas e privadas para com a EDP.

Neste contexto, senhores deputados, não parece difícil entender as razões das dificuldades de autofinanciamento da EDP e a necessidade de recurso sistemático ao crédito para garantir os investimentos indispensáveis. Só que tal via implica elevadíssimos encargos financeiros, encargos esses que passaram de 5 milhões de contos em 1979 para 58 milhões em 1984, devendo elevar-se em 1986 a mais de 100 milhões, o que adicionado às amortizações financeiras deve atingir os 180 milhões de contos, ou seja, um montante idêntico às vendas previstas em electricidade e gás pela EDP para este ano.

Como pode a EDP, nesta situação, assegurar o investimento que propôs (cerca de 80 milhões de contos), sem recorrer ao crédito? E qual o plano de investimentos efectivamente autorizado pelo Governo para 1986? É escandaloso que quase no final de Junho se continue a ignorar o plano de investimentos do sector empresarial do Estado.

O atraso na definição dos planos de investimento autorizados pelo Governo e os cortes administrativos têm repercuções graves em empresas de vultuosos empreendimentos que não podem ser paralisados, sem que isso signifique um elevado agravamento dos custos. Por exemplo, a EDP tem neste momento em fase de acabamento, além da central termoeléctrica de Sines, apenas a hidroeléctrica de Lever-Crestuma. As hidroeléctricas do Alto Lindoso e do Torrão continuam numa fase de grande atraso e o Alqueva permanece paralizado, o que demonstra que há um deficiente planeamento resultante das medidas restritivas impostas ao investimento. Será que a segunda central a carvão vai continuar adiada? E o Alqueva?

E, no entanto, é conhecido que mais de 50% dos grandes recursos hídricos estão desaproveitados e que a EDP tem condições para ter cinco estaleiros abertos, à carga máxima.

Mas, se é verdade que as principais dificuldades da EDP são de carácter financeiro, consequência da política governamental que visa asfixiar e destruir o sector

empresarial do Estado, há, também, problemas de gestão que prejudicam o trabalho da empresa e que terão de ser rapidamente solucionados.

Vozes do PCP: — Muito bem!

A Oradora: — A exemplo do que se passa noutras empresas públicas continua sem tomar posse o gestor eleito pelos trabalhadores; a qualidade dos serviços está em degradação, quer pelo desaproveitamento das capacidades técnicas de numerosos trabalhadores, de que é exemplo a entrega de estudos a consultores estrangeiros em áreas perfeitamente desnecessárias e onde, por vezes, já existem estudos realizados por técnicos da empresa que estão arrumados ou esquecidos, quer pelo recurso constantes às subempreitadas, nomeadamente na leitura e cobrança das tarifas, o que não raras vezes cria problemas com os próprios consumidores, deteriorando a imagem da EDP e o serviço público que presta.

É importante referir que, apesar dos erros de gestão e dos ataques à EDP, a produtividade na empresa tem um ritmo de crescimento muito alto. Por exemplo, em 1979 o valor acrescentado bruto por trabalhador era de 1416 contos e em 1984 o mesmo índice de produtividade estava em 5400 contos.

Por outro lado, o peso das despesas com os trabalhadores, no conjunto das despesas de exploração e investimento, é cada vez menor: em 1979 representava 18,5%, presentemente vale menos de 10%. Ou seja, na tarifa de energia eléctrica o consumidor paga pouco para os trabalhadores e muito para as desastrosas políticas dos sucessivos governos!

Vozes do PCP: — Muito bem!

A Oradora: — De 1977 a 1985 a tarifa aumentou três vezes mais que os salários dos trabalhadores da empresa. Isto significa que se o Governo, resolvesse o problema da dívida do Fundo de Apoio Térmico, se não obrigasse a EDP a suportar as diferenças cambiais resultantes do recurso ao crédito externo, se não fosse usada para financiar outros sectores, nomeadamente empresas privadas, o custo da tarifa eléctrica podia ser inferior, em pelo menos 25% ao preço actual.

A EDP pode e deve desempenhar um importante papel como instrumento de uma política económica integrada.

A política de investimentos da EDP tem de ter em conta as relações de interdependência com a indústria portuguesa, pelos efeitos positivos (ou negativos), quer em termos de economias de escala e desenvolvimento tecnológico quer na normalização e na especificação. Há diversos acordos estabelecidos entre a EDP e grupos de empresas industriais para o fornecimento programado de produtos e instalações ou equipamentos, de fabrico em série, por períodos de tempos significativos, como é o caso da MAGUE, SOREFAME, EFACEC, SIEMENS, CEL-CAT, Electro Cerâmica, etc.

Cortes administrativos no investimento da EDP, atrasos e indefinições no plano de investimentos do sector empresarial do Estado têm, pois, graves consequências na racionalidade e desenvolvimento tecnológico da indústria portuguesa.

A defesa da EDP, como empresa única de produção, transporte e distribuição de energia, o seu saneamento económico-financeiro e o apoio ao seu desenvolvimento, é, pois, do interesse dos trabalhadores, dos consumidores, da indústria e da economia portuguesa.

Vozes do PCP: — Muito bem!

A Oradora: — A interpelação do PCP, senhores deputados, visou alertar a Assembleia da República para a urgência de adoptar medidas que impeçam a destruição da EDP. Já foi positivo que tivéssemos corrigido, como corrigimos, o Orçamento do Estado para 1986 no sentido de contemplar a empresa.

Mas urge prosseguir e aprofundar esse esforço. O Governo não oculta a sua intenção de aproveitar o período de Verão para desferir um novo ataque à empresa, aproveitando o facto de a Assembleia da República não se encontrar em funcionamento no mês de Agosto.

A interpelação do PCP representa por isso, também, o apelo político a que encontramos aqui os meios de prevenir tais acções e assegurar a pronta e eficaz forma de réplica da Assembleia da República a quaisquer iniciativas ilegais do Governo contra a EDP.

Applausos do PCP e do MDP/CDE.

O Sr. Lima Duarte (PSD): — A levantar-se assim, o PCP não aguenta até ao fim do debate!

O Sr. Presidente: — Para fazer uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Carvalhas.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O Partido Comunista Português demonstrou e demonstrará ainda mais aprofundadamente que a política do Governo é incapaz de imprimir à economia uma dinâmica de desenvolvimento, agrava a situação social, acelera os processos de descapitalização e liquidação das empresas públicas acentua os factores de dependência nacional.

Estes factos desmentem a propaganda governativa. E não há mito de competência, não há culto de personalidade do Primeiro-Ministro, mesmo que alimentado em sondagens prefabricadas, que resista à análise fria dos números e dos factos que aqui vos trouxemos.

O último refúgio do Governo está na auto-apreçoada «transparência». Mas, senhores deputados, será que se pode apresentar a transparência como novidade de um governo assente num partido que há sete anos está no Poder, com muitos dos mesmos ministros, secretários de Estado, directores-gerais e gestores?

Será que há transparência quando é sabido que, depois de aqui ter sido aprovado um inquérito parlamentar, o Ministro da Agricultura veio admitir, publicamente, que técnicos do seu ministério estariam implicados em «actos irregulares na zona da Reforma Agrária», ao mesmo tempo que continua a não dar cumprimento aos acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo? E como pode admitir-se o escândalo da apresentação pelo Governo à Assembleia da República da inconstitucional proposta de legalização dos desmandos e abusos contra a Reforma Agrária (e amnistia dos seus responsáveis), que já impugnámos e importa que não seja sequer admitida?!

E que dizer da escolha do novo governador do Banco de Portugal, que suscitou inclusivamente da parte de uma fonte insuspeita o seguinte comentário, que deixo à apreciação dos senhores deputados: «É indispensável que não subsistam dúvidas quanto à atitude das autoridades monetárias perante os contratos-promessa de compra de títulos utilizados para captar depósitos não sujeitos a reservas de caixa nem a impostos por instituições que não podem captar depósitos.» E a mesma fonte afirmava ainda com mais clareza: «É inadmissível que a instituição financeira privada fundada pelo Dr. Tavares Moreira continue sem designar sucessor.» Só que, no mesmo dia e no mesmo semanário em que foram tecidos estes comentários, a tal instituição financeira (a CISF) lançava no mercado 120 000 acções, 600 000 contos, à subscrição pública que, naturalmente, careceram da autorização do então Secretário de Estado do Tesouro, hoje governador do Banco de Portugal...

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Um escândalo!

O Orador: — Mas, em resposta, o Governo achou que o «silêncio é de ouro» e ficou niado. Dias depois, o mesmo protagonista e o Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais são acusados pela imprensa de estarem ligados a uma «operação nebulosa», com este último envolvido «em alegada fraude fiscal». Era importante que o Governo desse explicações mais completas. O que veio a lume não se compadece com respostas simplistas de que se trata de uma cabala.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Aos responsáveis públicos, em democracia, é-lhes exigido lisura e transparência. É o mínimo. Ora, não é claro nem transparente o processo das digitais, nem o caso TAGOL, nem os «expedientes e irregularidades nos pedidos aos fundos europeus», nem o facto de o Sr. Ministro das Finanças ter escondido para a emissão de títulos de participação, sem imposto de capitais, precisamente o Banco de onde provém. Nem nos parece que um governo que prezasse a seriedade ficasse calado perante as «burlas» que a imprensa vem relatando na banca nacionalizada, ou perante a fuga de capitais, ou perante o facto de o chamado crédito mal parado ter atingido a cifra dos 400 milhões de contos...

Também a nomeação de tudo quanto é cavaquista ou de quem lhe cobre os lances para as empresas públicas e para a comunicação social é, hoje, moeda corrente.

Os trabalhadores da TAP não encontram, por exemplo, seriedade de propósitos na nomeação do gestor, que já se tinha notabilizado no Instituto de Participações do Estado e que, na tomada de posse, elucidou a sua linha de rumo manifestando-se pela privatização do sector empresarial do Estado, nela incluindo as possibilidades de alienação da propriedade das empresas. Seria de pasmar se de outro governo se tratasse...

Uma voz do CDS: — Boa ideia!

O Orador: — Boa ideia para o CDS, mas o Governo tinha obrigação de actuar. Dizia eu que seria de pasmar — se de outro governo se tratasse — que tal senhor

não tivesse sido imediatamente demitido. Mas parece que as demissões imediatas são só para os gestores que ousam criticar o Governo...

Convinha saber, também, o que faz correr o Secretário de Estado da Energia que determinou a venda de todas — note-se, todas — as participações do Estado pertencentes às empresas dependentes do Ministério da Indústria e Energia ou ainda, por exemplo, o que levou os gestores da Rodoviária Nacional (com queixas na Alta Autoridade contra a Corrupção) a terem procurado vender uma participação numa empresa rodoviária no Porto com anúncio na 3.ª série do *Diário da República* por «negócio particular»? Muito particular, convenhamos!

E o que é que se pode concluir dos objectivos de um governo que diz publicamente que vai encerrar a CNP e depois, em semiprivado, afirma que está à procura de uns «árabes» compradores? E isto num negócio de milhões de contos!

Srs. Membros do Governo, não vos faltam só a transparência e competência necessárias. O País pode também com razão acusar o Governo de um inaceitável desleixo na defesa do interesse nacional, posto em causa por recentes decisões comunitárias. O Sr. Primeiro-Ministro apressou-se a desmentir de forma simplista as conclusões do relatório que a Comissão de Integração Europeia apresentou na passada sexta-feira ao Plenário desta Assembleia.

Desafiamos o Sr. Primeiro-Ministro a fornecer à Assembleia da República dados que infirmem estas duas conclusões constantes do relatório. Primeira, a de que as receitas inscritas no Orçamento do Estado para 1986 a transferir dos fundos da CEE virão a ser substancialmente inferiores aos níveis previstos. Segunda, que o saldo das transferências financeiras entre a CEE e Portugal poderão ter uma quebra de cerca de 15 milhões de contos... São questões que exigem respostas sérias incompatíveis com a falta de rigor e o tom utilizados pelo Sr. Primeiro-Ministro nas sessões de propaganda deste fim-de-semana.

Pensamos que os problemas centrais levantados no decurso desta interpelação vão na linha das preocupações recentemente manifestadas pela Assembleia da República.

Consideramos particularmente importante que não fiquem também sem resposta as questões que suscitamos ao longo das intervenções aqui produzidas. Salientaremos sete:

- 1.º Como explica o Governo que, dispondo de uma conjuntura extremamente favorável, que lhe proporciona vultosos meios financeiros, não haja uma retoma do investimento produtivo, que projectos de inegável interesse nacional se encontrem engavetados e que a economia continue a patinar?
- 2.º O Governo não dá resposta aos salários em atraso. Multiplica-se o trabalho precário. Aumenta o desemprego. Ampliam-se as áreas de pobreza na sociedade portuguesa. Como pode o Sr. Primeiro-Ministro afirmar que está a resolver os problemas dos Portugueses?
- 3.º Como é que o Governo justifica, à luz do interesse nacional e face à legalidade constitucional, o encerramento, a descapitalização, as tentativas de desmembramento e a venda de participações rentáveis das empresas públicas, numa verdadeira política de estrangulamento, asfixia e liquidação?

- 4.^a Desde o debate do Orçamento do Estado que o Governo ficou de informar a Assembleia da República das consequências da cobrança interna do IVA nas empresas públicas de transportes, na EDP, nos CTT e nos TLP. Quantos milhões de contos é que estas empresas já contribuíram para o Orçamento do Estado suportando o IVA, numa verdadeira operação de sucção financeira? Não é isto um meio de descapitalização acelerada das empresas públicas?
- 5.^a Como explica o Governo o facto de até ao fim de Maio não ter informado o País e este órgão de soberania de Portugal ainda não ter recebido nada do Fundo Social Europeu nem da Secção Orientação do FEOGA e de inclusive, até de 15 de Junho, o País ter pago mais do que recebeu?
- 6.^a Como explica o Executivo a verdadeira capitulação quanto à resolução da CEE sobre as pescas portuguesas, nomeadamente sobre o atum-voador, e como julga a actuação do comissário Cardoso e Cunha?
- 7.^a Como explica o facto de ter escondido ao País e à Assembleia da República a evolução das negociações sobre as pescas e as que tem decorrido sobre as «regras de origem».

É esta a transparência do Governo?

O Sr. Corregedor da Fonseca (MDP/CDE): — Isso é grave. É mesmo grave!

O Orador: — Colocámos, entre outras, estas sete questões. São perguntas directas e precisas, que exigem respostas concretas e sem subterfúgios. São questões que preocupam os trabalhadores, o País e que preocupam esta Assembleia da República.

Senhores deputados, pela nossa parte, entendemos que a degradação económica e financeira das empresas nacionalizadas é o resultado não do facto de terem sido nacionalizadas mas da ofensiva que contra elas têm desencadeado os governos de direita.

E esta ofensiva contra o sector nacionalizado da economia e contra a Reforma Agrária é, quanto a nós, causa determinante da crise económica, financeira e social que se vive em Portugal.

Não pode continuar a política deste governo que não visa o desenvolvimento económico e social, como mostra a sua prática, mas sim a acumulação e a centralização pela transferência para os detentores dos grandes rendimentos, da mais-valia criada no País — capitais do Estado, da banca nacionalizada — e através das actividades especulativas e parasitárias, designadamente nas áreas financeira, fundiária, imobiliária e comercial.

No quadro da democracia portuguesa só poderemos estancar a crise e relançar o desenvolvimento de forma sustentada e equilibrada, com a dinamização dos sectores e empresas nacionalizadas, das empresas privadas segundo as suas leis próprias, da pequena e média exploração agrícola da Reforma Agrária, das empresas cooperativas e em autogestão. Nunca lançando umas formações económicas contra outras, numa verdadeira cruzada de espoliações.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Não haverá progresso económico e social com a substituição da produção nacional pela produção estrangeira, com o abandono dos nossos recursos e energias internas, sem a mais elevada utilização da capacidade produtiva, sem o aumento da produtividade, o que implica racionalização, organização e gestão, sem a criação de postos de trabalho, sem o planeamento global e sectorial.

O eixo fundamental, num processo de desenvolvimento do País, é o aumento da produção nacional (sublinho nacional): produzir cada vez mais, dever cada vez menos.

Mas há em todo este processo de desenvolvimento, no quadro da democracia e da independência nacional, uma questão fundamental, a da confiança. Não a que preocupa o Governo, a confiança dos ex-monopolistas, das multinacionais, dos detentores dos privilégios e fortunas, mas a confiança dos trabalhadores, a confiança dos pequenos e médios empresários, dos camponeses e rendeiros.

A condição basilar (que este governo classista não comprehende, nem pode compreender), a regra de ouro, é a participação activa e criadora dos trabalhadores no processo de desenvolvimento. Este facto não pode ser esquecido na vida política portuguesa.

Com esta interpelação, Sr. Presidente e Srs. Deputados, visamos no fundamental confrontar o Governo com os problemas que a situação económica, financeira e social suscita. Mas visamos, também, propiciar à Assembleia da República a reflexão e o debate aprofundado sobre todas estas questões, de modo a que conduzam ao exercício das suas competências legislativas, fiscalizadoras, políticas e institucionais, para bem da democracia, dos Portugueses e de Portugal.

Aplausos do PCP e do MDP/CDE.

O Sr. Presidente: — Inscreveu-se para pedir esclarecimentos ao Sr. Deputado Carlos Carvalhas, o Sr. Deputado Nogueira de Brito.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Ministro da Indústria e Comércio.

O Sr. Ministro da Indústria e Comércio (Santos Martins): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Cabe ao Ministro da Indústria e Comércio ter a primeira intervenção, por parte do Governo, na abertura do debate no seguimento da interpelação n.º 1/IV, do PCP, o que certamente se compreenderá, sabendo-se que parte significativa das empresas públicas estão sob a tutela do Ministério da Indústria e Comércio.

Primeiro do que tudo, quero expressar que notei com especial atenção os termos em que está redigida a interpelação do grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, nomeadamente quando — e transcrevo — «interpela o Governo com vista à abertura de um debate de política geral centrado na área do sector público da economia».

Com efeito, o PCP utilizou a expressão «sector público da economia» e não, como frequentemente é feito, «sector público empresarial» ou «sector empresarial do Estado», expressões — concordo — são manifestamente incorrectas no caso da economia portuguesa.

Na realidade, a formação do sector público produtivo português não obedeceu a qualquer racionalidade económica; antes resultou da nacionalização dos sectores produtivos da economia, efectuada por um

processo anárquico e selvagem, com objectivos claramente políticos de criação de um modelo comunista de economia estatizada.

Vozes do PSD: — Muito bem!

Protestos do PCP.

O Orador: — Não é, pois, fácil, senão mesmo impossível, introduzir racionalidade económica num sector que teve esta origem e que abrange desde serviços (como transportes) e bens essenciais (como a energia), passando pela indústria de base (como a refinação de petróleos e a siderurgia), até unidades de consumo (tais como a produção de cimento e as cervejas).

Não tem, pois, qualquer sentido económico falar-se em sector empresarial do Estado como se se tratasse de um todo económico coerente. Esta tem sido a estratégia política do Partido Comunista Português, ou seja, a de estabelecer *a posteriori* a lógica de racionalidade económica para o sector nacionalizado da economia, consolidando-o e tornando-o imutável. Daí que se compreenda que o Partido Comunista, dando isso como adquirido, se permita, e de forma correcta na sua óptica, chamar-lhe sector público da economia.

Mas enganou-se, e engana-se, o Partido Comunista, pois não é possível impor a um povo um sistema que ele não deseja e a um país um modelo económico desinserido do seu enquadramento cultural, económico e geográfico. Daí que as características de economia aberta e de aproximação ao mercado europeu da economia portuguesa tenham vindo a evidenciar as contradições do modelo cuja adopção se tentou forçar.

Como resultados directos da conjugação dos pontos anteriores, surgiram fenómenos generalizados de ineficiência económica em praticamente todas as empresas públicas, uma política de investimentos desastrosa e uma enorme acumulação de prejuízos, com implicações extremamente graves para a economia, em geral, e para a vida dos cidadãos, em particular.

Sem procurar ser exaustivo quanto a números (pois que nem o tempo, nem o lugar, são os mais adequados), será bom recordar que em 1984 os resultados líquidos do conjunto de empresas públicas não financeiras atingiu um prejuízo global de 63,2 milhões de contos, resultante de um conjunto de empresas com 6,4 milhões de contos de lucros e de outro com 69,6 milhões de contos de prejuízos.

Os números finais de 1985 não são ainda conhecidos com rigor para todas as empresas, o que vem bem demonstrar as deficiências de gestão existentes, mas tudo aponta para a manutenção, ou mesmo agravamento, deste cenário preocupante.

Há que inverter esta situação, o que não passa, porém, em nossa opinião, pelo estabelecimento de livros brancos, planos, programas e estratégias de aplicação generalizada ao sector público, já que esta entidade não tem existência económica coerente, mas sim pela análise individualizada das várias empresas que constituem o sector, essas sim unidades económicas coerentes. As soluções a adoptar variarão consideravelmente de empresa para empresa, face à diferenciação existente entre as mesmas e à sua identidade própria.

Haverá ainda que ter em conta a diferente natureza das empresas, distinguindo entre as prestadoras de serviços sociais e aquelas que, fornecedoras de bens ou serviços, operam, ou deviam operar, em mercado aberto e concorrencial.

Tal como foi enunciado no Programa do Governo: quanto às primeiras, sem deixar de exigir uma correcta gestão, haverá que prestar-lhes adequado apoio, porém criteriosa e previamente fixado, em função dos serviços prestados e de eventuais constrangimentos impostos a uma rigorosa e adequada gestão empresarial; quanto às segundas, a menos que se verifiquem razões de natureza estratégica nacional ou de vital interesse para a comunidade, terão de submeter-se às regras da concorrência em mercado aberto.

No que ao Ministério da Indústria e Comércio diz respeito e que tutela um total de 18 empresas (AGA, CENTRALCER, CIMPOR, CNP, EDMA, EDP, ENVC, FEIS, FERROMINAS, PETROGAL, Petroquímica e Gás de Portugal, PORTUCEL, QUIMICAL, SETENAVE, Siderurgia Nacional, TABAQUEIRA e UNICER) apresentam-se os valores referentes a 1985, provisórios ainda pelas razões já referidas:

	Milhões de contos
Activo	2040
Passivo	1701
Situação líquida	339
Número de trabalhadores	64 287
Vendas e prestações de serviços	811
Resultados líquidos	(52)
Meios libertos líquidos	32

Quer isto dizer que, com um activo total de 2040 milhões de contos, estas dezoito empresas apresentam um prejuízo de 52 milhões de contos e libertam meios no valor ridículo de 32 milhões de contos, ao qual ainda haverá que retirar os subsídios concedidos através do Orçamento do Estado, bem superiores a uma dezena de milhões de contos.

Quatro empresas, só por si, totalizam cerca de 61 milhões de contos de prejuízo, nomeadamente a CNP (33,6 milhões de contos), a QUIMIGAL (10,9 milhões de contos), a SETENAVE (8,5 milhões de contos) e a Siderurgia Nacional (8,2 milhões de contos). Para que possamos comparar os postos de trabalho que se pretende garantir, apontam-se também o número de postos de trabalho de cada uma dessas empresas: CNP, cerca de 1350; QUIMIGAL, cerca de 10 300; SETENAVE, cerca de 4800, e Siderurgia Nacional, cerca de 5800.

Aquando das nacionalizações das empresas produtivas deste país e dos investimentos que se foram efectuando nas empresas públicas, prometeu-se aos Portugueses mais riqueza, mais desenvolvimento económico, mais emprego, empresas mais prósperas e uma melhor distribuição da riqueza criada. Em vez disso, dez anos depois, temos empresas falidas, prejuízos enormes acumulados, mais dívidas externas que o País terá de pagar, menos empregos sólidos, um maior desnível de remunerações entre empresas, aumentando assim a injustiça social, e sobretudo uma grande apreensão pelo futuro das novas gerações, que não encontram um sector empresarial forte e estável onde possam aplicar os seus conhecimentos ao serviço de toda a nação.

Encontrou, pois, este governo, um conjunto de empresas públicas à deriva, sem qualquer nexo que o justifique como um todo e que só têm de comum a natureza do seu capital e, de uma forma geral, as deficiências de gestão, a falta de produtividade, a má qualidade dos fornecimentos e serviços prestados, os prejuízos acumulados e a falta de horizontes para as empresas.

E que não se lancem apenas as culpas sobre os gestores e os trabalhadores das empresas, pois são eles ainda os menos culpados pela situação a que se chegou.

Elas deverão prioritariamente ser procuradas no sistema económico que se procurou impor ao País, do qual a actual Constituição não está ainda totalmente liberta, e na incapacidade dos sucessivos governos, com bem raras excepções, por não terem querido ser capazes ou poder imprimir à sua actuação as acções e medidas que se revelaram necessárias e que são de uma forma geral bem conhecidas, merecendo mesmo algum consenso dos partidos democráticos e da maioria dos portugueses.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — E onde é que estava o PPD?

O Orador: — Que terminem os infundáveis estudos, análises, previsões, etc., e que se passe à acção é o que o País e o povo português reclamam e esperam do Governo e de todos nós. E é isso que o actual Governo está fazendo.

Voltando às empresas sob tutela do Ministério da Indústria e Comércio, a sua análise individualizada permite identificar situações muito diferentes, tais como:

- a) Empresas em situação de completa inviabilidade económica e financeira e sem qualquer justificação para a sua manutenção como pesos mortos que são na economia, penalizando o Orçamento do Estado e os cidadãos, como é o caso da Companhia Nacional de Petroquímica;
- b) Empresas em situação de difícil recuperação económico-financeira, mas com um programa de viabilização claramente estabelecido, tais como a Siderurgia Nacional e a Fábrica-Escola Irmãos Stephens;
- c) Empresas em situação de difícil recuperação económico-financeira e sem um programa definido para a sua viabilização, como é o caso da SETENAVE;
- d) Empresas com enquadramento empresarial deficiente, necessitando, portanto, de redefinição-dimensional e de objectivos, tais como a EDMA e a FERROMINAS, a AGA, a PETROGAL, a EDP e a QUIMIGAL;
- e) Empresas que se encontram em regime de funcionamento empresarial estabilizado, tais como a CIMPOR, a PGP, a ENU, os Estaleiros Navais de Viana do Castelo, a TABAQUEIRA, a UNICER, a CENTRALCER e a PORTUCEL.

Não serei exaustivo no apontar das soluções para cada uma das empresas, até porque, certamente, se terá ocasião de voltar ao assunto ao longo do debate. Apontam-se, no entanto, as linhas mestras da actuação que haverá que prosseguir, referindo-me a todas as empresas sob a tutela do Ministério da Indústria e do Comércio:

- a) Encerramento da CNP e criação de condições de viabilização da EPSI (já em curso);
- b) Implementação efectiva das medidas preconizadas para a viabilização económico-financeira das empresas FEIS, cumprindo assim os compromissos respeitantes ao miniplano siderúrgico e ao plano de reconversão da FEIS para a produção de cristal (já em curso);

- c) Viabilização económico-financeira da SETENAVE, dentro das linhas de reestruturação do sector de construção naval adoptadas pela CEE e com uma separação contabilística clara entre as actividades de construção e de reparação naval, única forma de avaliar das respectivas rentabilidades (processo em curso de avaliação final);
- d) Fusão, já processada e concretizada, da EDMA e FERROMINAS, com a constituição da EDM, empresa holding mineira com maiores capacidades de fomento mineiro e promoção de novas sociedades no domínio da indústria mineira;
- e) Separação da actividade de trading da AGA, até por incompatível com as regras comunitárias, da actividade de apoio ao sector respetivo (decorrem os trabalhos preparatórios para a respectiva implementação);
- f) Melhor clarificação do relacionamento entre a PETROGAL e o Estado, bem como uma adequada preparação para poder fazer face à progressiva perda das condições de protecção no mercado nacional, como resultado do Tratado de Adesão à CEE;
- g) Processo de regionalização da EDP, de modo a aumentar a sua eficiência económica e a promover um relacionamento mais adequado com os agentes económicos e os cidadãos em geral (já em curso);
- h) Melhor enquadramento empresarial da QUIMIGAL, que passará certamente por um processo de desinvestimento, criando uma estrutura mais flexível e eficiente (decorrem os respectivos estudos finais);
- i) Finalmente, e não só para as empresas apontadas, como também para aquelas que classificámos como em regime de funcionamento empresarial estabilizado, serão incentivadas melhorias de produtividade, de racionalização económica e de consolidação da estrutura económico-financeira e de relacionamento com o mercado.

A aproximação pragmática adoptada, que permitirá a consolidação económico-financeira das empresas a curto prazo, terá de ser complementada com medidas de flexibilização global do modelo empresarial envolvente, através de adequada alteração do normativo constitucional, permitindo a abertura do capital social das empresas à iniciativa privada e a progressiva desnacionalização de empresas com forte ligação ao mercado consumidor.

Com efeito, não tem qualquer sentido económico que empresas que produzem e vendem cerveja, como a CENTRALCER e a UNICER, e mesmo cimentos, como a CIMPOR, se mantenham como empresas públicas, e ainda por cima com dificuldades de gestão comercial e financeira. Como não tem qualquer lógica económica a produção e comercialização de bens de consumo final, tais como têxteis para o lar, margarinas, etc., numa empresa pública com a dimensão e o peso estrutural da QUIMIGAL.

Urge, pois, encarar com frontalidade e sem preconceitos soluções de desinvestimento activo nas empresas públicas e participadas, abandonando decididamente a ideia de que as participações do Estado têm carácter

perpétuo ou vitalício e assumindo definitivamente os conceitos de adequação das estratégias empresariais às condições de mutação da vida económica das sociedades.

Vozes do PCP: — Grande negócio!

O Orador: — Em conclusão, as grandes linhas de actuação no domínio das empresas públicas produtivas serão as seguintes:

- a) Considerar que só as empresas, individualmente, são unidades económicas coerentes;
- b) Adoptar soluções diferenciadas para cada empresa, face aos resultados da análise de diagnóstico efectuada;
- c) Ter especial preocupação ao nível da flexibilização das estruturas empresariais e do aumento de produtividade e de eficiência económica, de racionalização económica e de consolidação das estruturas económico-financeiras das empresas;
- d) Adoptar modelos de gestão de aproximação ao mercado e de responsabilização dos gestores em função dos resultados de índole económico-financeira obtidos;
- e) Flexibilizar a estrutura de capitais e do modelo empresarial global, através de acções de desinvestimento e de abertura do capital social das empresas à iniciativa privada.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Uma palavra final: nada nos move contra as empresas públicas.

Vozes do PCP: — Vê-se!

O Orador: — Antes, pelo contrário, se reconhece o seu importante papel numa economia equilibrada, onde existe lugar adequado para as empresas públicas e privadas.

A Sr.ª Ilda Figueiredo (PCP): — Isso também se vê!

O Orador: — Porém, a política do Governo terá de ser exclusivamente no sentido do apoio a projectos e empresas que contribuam para o crescimento e fortalecimento da economia portuguesa, à criação de postos de trabalho reais e ao aumento de nível de vida dos Portugueses.

Não existe cabimento para o delapidar de verbas para manter artificialmente empresas inviáveis e tecnicamente falidas. E isto é tanto válido, de forma igual, para as empresas privadas, como para as empresas públicas, pois que, de outra forma só se estaria a prejudicar os contribuintes e os cidadãos em geral.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — É, pois, imperioso, urgente e inadiável alterar a actual situação, completamente incompreensível e inaceitável para o povo português, que «é obrigado a sustentar empresas que acumulam prejuízos em vez de criar riqueza, que mantêm postos de trabalho artificiais e em número reduzido, que lhes prestam um serviço caro e de má qualidade e que estão a comprometer de um modo definitivo o futuro dos seus filhos».

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Inscreveram-se, para pedir esclarecimentos ao Sr. Ministro da Indústria e Comércio, os Srs. Deputados Carlos Brito, Octávio Teixeira, João Corregeror da Fonseca, João Cravinho e Nogueira de Brito.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Ministro do Plano e Administração do Território.

O Sr. Ministro do Plano e Administração do Território (Valente de Oliveira): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Após a exposição geral do Ministro da Indústria e Comércio, limitar-me-ei a algumas considerações em torno da extinção da Empresa Pública dos Parques Industriais e da discussão que ela suscitou.

O meu objectivo fundamental é demonstrar que o Governo não tem nenhuma animosidade particular contra as empresas públicas, mas que, não arvorando o sector empresarial do Estado em santuário intocável, procura criticar sem paixão os resultados obtidos por aquelas empresas e, aborrecendo-lhe todas as soluções rígidas, se empenha em encontrar fórmulas que, perseguindo objectivos à volta dos quais há habitualmente acordo, os façam atingir do modo mais eficaz o que pressupõe minimizar os seus custos e maximizar os seus benefícios.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Não vou, naturalmente, repetir hoje todos os números que a Assembleia ouviu há poucas semanas relativamente aos postos de trabalho que a EPPI era suposta criar e não criou, à área de pavilhões industriais que se pretendia construisse e não construiu, às economias de construção que não realizou, aos empresários que não conseguiu atrair, ao saber-fazer que não irradiou nem mostrou possuir, em suma, ao instrumento de desenvolvimento que era ambição que fosse e que, por razões internas ou pelo concurso de circunstâncias, nunca conseguiu, de facto, ser.

Vale, no entanto, recordar alguns elementos quantitativos para apoiar as considerações de síntese que pretendo fazer.

A EPPI foi criada em 1973, numa época em que se acreditava muito na teoria dos pólos de crescimento e se curava pouco de discutir a vertente institucional dos instrumentos de que se lançava mão. Os hábitos, a prática e as concepções próprias do Estado muito centralizado de então conduziram à adopção de um modelo único para tratar de fazer face a situações muito variadas e de perseguir objectivos muito diferentes: queria-se diversificar o perfil das indústrias do então chamado polo Braga-Guimarães, largamente dominado pelas empresas têxteis do algodão e das fibras sintéticas; pretendia-se diversificar e estimular a zona da Covilhã, praticamente monosectorial no domínio dos têxteis de lã, e tinha-se a ambição de criar empresas industriais em Évora e Beja, duas áreas sem nenhuma tradição apreciável no sector secundário. Tratava-se, assim, de abordar a criação de uma classe empresarial local ou de atrair empresários de fora para as duas últimas e de fazer orientar o potencial empreendedor das três primeiras para novos sectores. Pela criação dessas empresas acabariam por se conseguir os postos de trabalho que fixariam as populações aos seus locais de origem ou lhes garantiriam um futuro estável no trabalho, por se tornar menos vulnerável o tecido industrial local, pela via da sua diversificação.

Tudo isto se deveria fazer através de uma empresa sediada em Lisboa e que tinha como campo de actuação privilegiado a oferta de pavilhões industriais devidamente preparados e oferecidos em condições supostamente tão atraentes que serviriam de motor para a almejada atracção de novas empresas; pretendia-se oferecer também serviços comuns de apoio às unidades instaladas nos parques.

Robusteceu-se um corpo técnico e administrativo central, que preparava as decisões, elaborava os projectos de ordenamento do espaço ou dos pavilhões e das infra-estruturas, tratava dos concursos e da adjudicação das obras a realizar e curava de gerir as receitas e as despesas que todo este aparato implicava. Sucedeu, porém, que as despesas transbordaram tudo o que seria justificável e as receitas também ultrapassaram, mas ao contrário, tudo quanto seria razoável, mesmo considerando a função social que a criação de empregos representa.

A situação económico-financeira da empresa era, pode-se dizer, de falência técnica. Para atingir os objectivos propostos tem de recorrer-se a instrumentos muito mais flexíveis e operacionais.

A EPPI tem hoje um passivo de certa de 1 800 000 contos, dos quais 1,4 milhões constituem dívida ao sector bancário. As suas receitas correntes não cobrem as despesas com pessoal e com fornecimentos e serviços de terceiros. Os resultados negativos da sua exploração têm vindo em crescendo: 76 000 contos em 1982, 166 000 em 1983 e 512 000 em 1984. O Estado tem transferido, a título de dotações para capital estatutário e de subsídios à exploração, montantes que atingiram 175 000 contos em 1982, 115 000 em 1983, 325 000 em 1984 e 437 000 em 1985.

Numa reformulação de objectivos feita em 1979, adicionou-se Faro à lista anterior e fixaram-se objectivos para o prazo 1979-1985: dos 430 000m² de pavilhões industriais e outras instalações para arrendamento, em 1985 estavam concluídos 98 205m², ou seja, menos de 23%; dos 250 000m² fixados para terreno a ceder em regime de direito de superfície, até 1985 tinham sido de facto cedidos 5282m², ou seja, 2,1%; das 300 unidades previstas foram instaladas 70, ou seja, 23%; dos 16 000 novos postos de trabalho a criar, de facto só se logrou atingir o nível dos 2050, ou seja, menos de 13%.

Os encargos financeiros elevados derivados da contracção de empréstimos e o fraquíssimo nível de receitas gerado fizeram diminuir o esforço de investimento, que teve de ser financiado pelo Estado com entradas patrimoniais a título de capital estatutário, e a empresa teve de solver os compromissos financeiros através de dotações do Orçamento do Estado que, a título de subsídios à exploração, forneceu os correspondentes montantes.

As dotações do Estado previstas para 1986 eram de 689 159 contos de dotação para capital estatutário e de 390 735 contos de subsídios à exploração, somando, assim, uma nova fatia de quase 1 080 000 contos.

Dos 56 elementos que trabalhavam na empresa, 28, ou seja, 50%, faziam-no em Lisboa e 14, ou seja, 25%, eram engenheiros, arquitectos ou economistas. Se dou ênfase a esta última referência, é porque penso que, se ninguém deve estar alheio ao que se passa dentro da empresa em que trabalha, particularmente se ela for pública, a falta de realização dos objectivos

propostos deveria ter inquietado de modo muito mais expressivo um tão importante contingente de quadros; tal não aconteceu, infelizmente.

Diante destes indicadores, não surpreenderá que o Governo, ao preparar o Orçamento do Estado para 1986, tenha pensado em utilizar melhor os meios que lhe eram demandados e tenha reflectido acerca dos instrumentos mais adequados para perseguir os objectivos genéricos que tinham sido propostos à EPPI em 1973 e os objectivos específicos que lhe foram fixados em 1979. Não se limitando a aplicar o consignado no Decreto-Lei n.º 260/76, que prevê a extinção das empresas públicas por simples decreto, o Governo preferiu recorrer a um decreto-lei para o fazer.

Como se sabe, ele foi chamado para ratificação pela Assembleia, encontrando-se neste momento em trabalho de comissão para análise das propostas de alteração. Os efeitos suspensivos determinaram já atrasos que me parecem de mais graves consequências do que o que com eles se pretendeu salvaguardar; refiro-me à concretização de orientações que, no quadro do Decreto-Lei n.º 39/86, de 4 de Março, tinham sido dadas à comissão liquidatária.

Como tive ocasião de afirmar quando aqui vim para participar na discussão em Plenário, o Governo é sensato e não tem nenhum encarniçamento particular contra as empresas públicas. O que não gosta é de ver mal aplicados os dinheiros públicos. Por outro lado, acha que é sua obrigação procurar as soluções flexíveis que permitam atingir objectivos com os quais está de acordo, mas não através de instrumentos que amplamente se manifestaram inadequados.

Por isso, não se trata de saldar, de qualquer modo, a Empresa Pública dos Parques Industriais. Foram dadas instruções à comissão liquidatária para procurar salvar o que pudesse ser salvo dos objectivos propostos e deram-se-lhe, através do Decreto-Lei n.º 39/86, os meios para o fazer. E ela vinha-o fazendo!... Estava prestes a negociar um pavilhão que permitiria criar em Guimarães mais 150 novos postos de trabalho, estava a diligenciar para obter os meios necessários para o acabamento das instalações destinadas a uma delegação aduaneira na Covilhã, cuja falta tem sido repetidamente enunciada pelos empresários locais como o maior estrangulamento à sua actividade, e, mais importante ainda, estava a curar de encontrar fórmulas convenientes, adaptadas a cada caso, para gerir cada um dos parques existentes, procurando soluções muito ajustadas às circunstâncias específicas de cada um deles, mas, naturalmente, também tratando de ir buscar meios para pagar a grande dívida da empresa, que, se não puder ser satisfeita através da mobilização do seu património, terá de ser honrada recorrendo a fundos que podem ser aplicados em investimentos em relação aos quais há a expectativa de não constituírem sorvedouro tão ineficaz como a EPPI já demonstrou ser.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não vou insistir mais nas razões que nos determinaram a extinguir a Empresa Pública dos Parques Industriais. A referência ao caso específico que ela representa tem somente um propósito: o de denunciar o erro que consiste em considerar intocáveis as empresas públicas, mesmo quando elas deixaram de ser empresas, porque não são geridas como tal, e deixaram de ser públicas, porque não têm o bem-estar geral como propósito, mas somente a defesa dos interesses daqueles que sucede estarem,

em dado momento, a beneficiar dos meios que, para as sustentar, o Estado tem de subtrair para outras aplicações mais interessantes.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — É bom que se pense nesta perspectiva de «oportunidade», porque alguma coisa se terá de deixar de fazer para sustentar empresas que não se sustentam a si próprias, mesmo dentro dos padrões «assistidos» a que as empresas públicas com interesse social justificam que o façamos.

Mas, além dessa forma de olhar a vertente da «oportunidade» da afectação dos meios, há a da flexibilidade dos instrumentos a que se deve recorrer. Quanto mais rígidos formos nas adaptações que a evidência e o bom senso reclamam mais se atrasa a resolução dos casos gritantes de ineficácia. E, a médio prazo, serão aquelas em nome das quais se defende, hoje, a permanência de soluções do passado que acabarão por ser prejudicados.

O mundo está em profunda e rápida evolução, particularmente no modo de se encarar o processo produtivo e de entender o conceito de empresa. Ou nos convencemos disto ou perderemos uma nova oportunidade de apanhar o comboio do progresso!

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Inscreveram-se, para pedir esclarecimentos ao Sr. Ministro do Plano e da Administração do Território, os Srs. Deputados Ilda Figueiredo e Victor Ávila.

Terminadas as intervenções de abertura, entramos agora no debate, começando pela formulação dos pedidos de esclarecimento e respectivas respostas.

Antes, porém, vou suspender a sessão, para o intervalo regimental.

Informo os senhores deputados que entrou na Mesa uma moção de confiança apresentada pelo Governo à Assembleia da República, que vai ser distribuída de imediato.

Convoco os líderes dos grupos parlamentares ou os seus representantes para uma conferência, a realizar durante o intervalo, no gabinete do Sr. Presidente.

Agradeço ao Sr. Vice-Presidente Marques Júnior o favor de reabrir a sessão após o intervalo, no caso de a referida conferência se prolongar para além das 18 horas.

Está suspensa a sessão.

Eram 17 horas e 25 minutos.

Após o intervalo, assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente Marques Júnior.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está reaberta a sessão.

Eram 18 horas e 20 minutos.

Para pedir esclarecimentos ao Sr. Deputado Octávio Teixeira, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Machete.

O Sr. Rui Machete (PSD): — Sr. Deputado Octávio Teixeira, ouvi com a devida atenção a sua intervenção e devo dizer que dela ressaltaram duas ou três questões que gostava de pôr.

A primeira é, no fundo, a questão básica. Isto é, em última análise, o PCP traz aqui críticas e observações mas a divergência que existe entre o PCP e o Governo é uma divergência filosófica fundamental. O PCP entende que o sector público é o sector estratégico, idealmente tudo devia ser público e é uma pena que ainda haja sector privado. Portanto, tudo aquilo que seja feito no sentido de reflexibilizar o sector público, criar condições de concorrência ou criar alguns aspectos que permitam a privatização na parte em que ela é admitida pela Constituição, o PCP considera como um mal, como um pecado.

Por isso mesmo, o PCP aceita que a estratégia de desenvolvimento deve assentar basicamente — isso não foi dito de uma maneira explícita nas considerações feitas tanto pelo Sr. Deputado Octávio Teixeira como pelos deputados da bancada do Partido Comunista que lhe sucederam — no sector público, pois ele é o motor da economia.

Este é um ponto essencial sobre o qual não vale a pena discutir muito, porque se trata de considerações filosóficas que se opõem, que se chocam, e, em última análise, porventura, é só a questão política de quem está a favor do Governo e pretende a sua manutenção e de quem está contra e pretende o seu derrube que tem de decidir nesta matéria.

Esta é uma questão sobre a qual, no fundo, valia a pena clarificar posições, porque muitas vezes alguns dos argumentos utilizados são-no apenas de uma maneira enviesada para acobertar esta ideia ideológica fundamental.

A segunda questão que lhe queria pôr é esta: depois das críticas acerca dos títulos de participação, da venda das participações e outras que foram feitas, que soluções é que o PCP tem? Depois de ter em conta a descrição da actual situação do sector público feita pelo Sr. Ministro da Indústria e do Comércio, afinal de contas que traz de novo o PCP, sem ser a repetição das velhas fórmulas? Traz algumas soluções alternativas? Propõe algumas inovações para sairmos de uma situação que é reconhecidamente difícil ou limita-se, de uma maneira um pouco cansativa, a repetir aquilo que temos ouvido desde 1974? E aí também — devo confessar — mesmo o Sr. Deputado Octávio Teixeira, com o seu brilho habitual, não trouxe nada de novo.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Octávio Teixeira, deseja responder já ou depois do pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Próspero Luís.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Respondo depois do pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Próspero Luís, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Se me permitem, chamo a atenção dos senhores deputados para a circunstância de se manter de pé a rigorosidade por parte da Mesa na aplicação dos tempos.

Agradecia que tivessem isso em consideração, porque será com pena que a Mesa terá de cortar a palavra quando alguém exceder o tempo previsto.

Tem a palavra o Sr. Deputado Próspero Luís.

O Sr. Próspero Luís (PSD): — Sr. Deputado Octávio Teixeira, após a intervenção do meu companheiro de bancada Rui Machete, vou apenas fazer duas perguntas muito directas.

Referiu o Sr. Deputado Octávio Teixeira que o Governo resolveu encerrar a CNP quando ela começa a ter resultados de exploração corrente positivos, portanto, numa altura conjuntural.

Uma das perguntas que queria fazer é a de saber se, efectivamente, continuando a CNP a vender os seus produtos cerca de 20% mais caros do que no mercado internacional, considera a empresa viável apenas porque ela produz resultados de exploração corrente positivos ou entende que uma empresa deve gerar os resultados necessários para remunerar os seus capitais, sejam eles próprios ou alheios.

A segunda pergunta prende-se um pouco com a evolução da cotação da Bolsa, que o Sr. Deputado referiu, dizendo que não comprehende o porquê.

A pergunta que quero fazer-lhe é a de saber se não entende que a recuperação da economia nacional e internacional, que eventualmente até pode ser apenas resultante da quebra do preço do petróleo e da redução das taxas de juro, é ou não uma razão suficiente para que se dê esse aumento das cotações das ações na Bolsa.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Sr. Deputado Rui Machete, quanto à questão que o Sr. Deputado levantou sobre a divergência entre o PSD e o Governo no caso concreto das empresas públicas, repare que, neste momento, não é a divergência filosófica que interessa, embora ela exista e seja profunda, seja enorme. O problema é a divergência que claramente existe entre o PCP, por um lado, e o Governo e o PSD, por outro, sobre o cumprimento da Constituição, do regime económico consagrado na Constituição, com as suas regras, que tem de ser respeitado por todos e primeiramente pelo próprio Governo.

Ora, é isso que não está a suceder e, neste momento, o problema de fundo é o de saber quem respeita a Constituição, quem a cumpre e quem, por objectivos que nada têm a ver com os interesses do País, a viola flagrantemente no dia a dia.

Permita-me que lhe diga, mas ouvir isto de um senhor deputado que tem certas responsabilidades em termos jurídicos e constitucionais custa um pouco! Sr. Deputado, de facto, é mais difícil para um constitucionalista, para um jurista, defender uma questão que viola a lei fundamental do País!...

Quanto à questão de o desenvolvimento do sector empresarial do Estado dever ou não ser o motor do desenvolvimento económico, Sr. Deputado Rui Machete, na situação concreta do País a questão é esta: qualquer desenvolvimento económico no nosso país passa, obrigatoriamente, pelo sector empresarial do Estado. Não é por ser o sector empresarial do Estado, mas, no caso concreto do nosso país, os sectores básicos da economia estão no sector empresarial do Estado. Logo, todo e qualquer desenvolvimento tem de passar pelo sector empresarial do Estado, já que não podem transferir as empresas e os sectores estratégicos que estão nacionalizados para o sector privado. De outro modo, violar-se-ia a Constituição, como pretendem o Governo e o PSD.

Por conseguinte, há uma situação de facto, não se trata de uma questão da vontade de A, B, ou C. No caso concreto de Portugal, há uma situação de facto; os sectores estratégicos da economia estão no sector

empresarial do Estado, são pertença do Estado, são pertença do povo português. Logo, todo e qualquer desenvolvimento só pode verificar-se passando por aí.

O Sr. Nogueira de Brito (CDS): — Exactamente, exactamente!

O Orador: — Não quer isto dizer — e é fundamental que se diga — que o sector privado não tenha um papel nesse desenvolvimento. Tem um papel e ele é importante, sempre o dissemos, porque também aqui, como em todos os outros aspectos, pretendemos cumprir, e pretendemos que todos cumpram, o que vem na Constituição.

No nosso país há lugar para o desenvolvimento de todas as formações económicas. Temos defendido o desenvolvimento e a dinamização de todas as formações económicas e aquilo que os senhores pretendem é eliminar formações económicas constitucionalmente consagradas, designadamente eliminar as empresas públicas, assentando o desenvolvimento apenas no sector privado, o que, além de ser inconstitucional, é pouco.

Quanto à descrição feita pelo Sr. Ministro da Indústria e Comércio sobre a situação do sector empresarial do Estado, dir-lhe-ia, Sr. Deputado Rui Machete, que é melhor não correr tanto. Isto porque quando se corre muito pode ter-se um pequeno azar: escorregar, cair, partir uma perna, etc.

Não vou referir-me a esse aspecto, porque me inscrevi para pedir esclarecimentos ao Sr. Ministro precisamente sobre essa questão. É que a descrição que ele faz da situação do sector empresarial do Estado é distorcida e, fundamentalmente, não é completa, faltá-lhe elementos ou não os transmitiu na intervenção que fez... e esses são elementos importantes para compreender a situação do sector empresarial do Estado. Mas, como disse, daqui a pouco, no pedido de esclarecimento que farei ao Sr. Ministro, clarificarei esta situação para o Sr. Ministro e também para o Sr. Deputado Rui Machete.

Quanto à questão das velhas fórmulas de apresentar soluções, Sr. Deputado Rui Machete, o que lhe diria é que as mais velhas fórmulas são as apresentadas pelo Governo e pelo PSD, que, desde o início, apresentam a fórmula de acabar com o sector empresarial do Estado, acabar com as empresas públicas, desnacionalizar, vender as participações, etc. Essas, sim, são fórmulas velhas e é altura de desaparecerem.

Ao Sr. Deputado Próspero Luís, muito rapidamente, já que o tempo de que disponho está a terminar, gostaria de lhe dizer que a CNP é uma prova daquilo que afirmei. O Governo argumenta com a questão da rentabilidade da empresa e o documento que foi entregue à Comissão de Economia, Finanças e Plano diz claramente que os resultados correntes de exploração não são positivos e, por isso, a empresa não tem viabilidade, não deve continuar a existir. Ora, isto é dito precisamente na altura em que esses resultados são positivos.

Em relação à questão de saber se uma empresa deve ou não remunerar todos os seus capitais e não apenas ter um resultado de exploração corrente positivo, devo dizer que esse é um princípio empresarial. Só que não vale a pena escamotear as questões: tal como a CNP foi constituída, tal como ela foi desenvolvida, não há empresa nenhuma que possa remunerar os seus capi-

tais, não há empresa nenhuma que possa fazer as amortizações normais, não há empresa nenhuma que possa pagar os encargos financeiros que tem e ter lucros. E há uma situação de facto reconhecida pelo próprio Governo e, com certeza, também reconhecida pelo Sr. Deputado: a dívida da CNP terá de ser...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Octávio Teixeira, peço imensa desculpa mas terminou o seu tempo. O Sr. Deputado há-de ter oportunidade de, noutra altura, explicar a sua ideia.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos ao Sr. Deputado Sérgio Ribeiro, tem a palavra o Sr. Deputado Próspero Luís.

O Sr. Próspero Luís (PSD): — Sr. Deputado Sérgio Ribeiro, queria apenas fazer-lhe duas perguntas muito directas.

Disse o Sr. Deputado que, de acordo com as estatísticas, salvo erro, apenas 12% dos contratos estabelecidos eram contratos permanentes e todos os restantes eram contratos a prazo. Pergunto: não entende o Sr. Deputado que, face à rigidez das leis laborais — cuja responsabilidade cabe, de algum modo, também à Assembleia da República, que recusou uma autorização legislativa —, é perfeitamente natural que os empresários recorram muito mais ao trabalho a prazo do que ao trabalho permanente?

A segunda pergunta prende-se com o problema que referiu relativamente à TAP. V. Ex.^a disse que na delegação da TAP, em Faro, havia, salvo erro, cerca de 160 trabalhadores com contratos a prazo.

Pergunto: não entende o Sr. Deputado que, sendo o trabalho da delegação da TAP, em Faro, um trabalho sazonal, cuja actividade se exerce fundamentalmente nos meses de Abril a Outubro, é natural que a empresa recorra a este tipo de trabalho e não a trabalho permanente, para satisfazer a sua actividade?

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Sérgio Ribeiro.

O Sr. Sérgio Ribeiro (PCP): — O Sr. Deputado Próspero Luís fez-me duas perguntas que, pela forma directa como foram feitas, é evidente que tiraram do contexto a intenção com que foram produzidas as afirmações que deram origem a essas perguntas.

O Ministério do Trabalho revela que só 12% dos trabalhadores aparecem com contratação permanente e referi a contratação a prazo para mostrar uma situação social em que a precariedade, a instabilidade do emprego, é qualquer coisa que define uma situação social de que os trabalhadores são vítimas.

É evidente que isto poderia também servir para mostrar como é que o sector privado tem utilizado uma faculdade e como é que essa faculdade tem sido levada até ao exagero de deixar pouco mais de 10% para estabelecer vínculos com alguma permanência.

Isto podia também ser utilizado para mostrar como é que a tal flexibilidade, que tem sido tão utilizada, tão referida, tão falada, não é mais do que uma tentativa política de, ainda mais, precarizar e instabilizar,

porque o tal instrumento de precarização e de instabilidade, que é o contrato a prazo, tem sido utilizado a este nível, como temos visto.

Neste sentido, foi feita referência a uma empresa pública como a TAP. Não sei se o Sr. Deputado, que não tomou suficiente atenção para saber ao certo o número de trabalhadores — devo dizer-lhe que foram referidos 168 —, sabe que os 168 trabalhadores aparecem em trânsito entre duas situações, revelando, a título exemplar, como é que uma empresa pública contribui para a precariedade e para a instabilidade do emprego. Ora, esta é uma situação de trânsito entre duas situações: uma, que tem a ver com a manutenção de uma situação económica difícil perfeitamente inexplicável noutros termos que não sejam os de tentar criar dificuldades às empresas públicas e, simultaneamente, aos seus trabalhadores; repito, esta situação nada justifica, ou melhor, justifica apenas o regime sucedâneo.

Se a primeira referência era ao regime sucedâneo, a terceira referência era a esse escândalo do aluguer de mão-de-obra, e entre essas duas referências falei também na utilização por parte de uma empresa pública do contrato a prazo. Essa empresa pública não deixa de abrir mão de qualquer possibilidade para precarizar, para desestabilizar o emprego.

Foi por isso que referi este caso, este exemplo.

Assim como tive oportunidade de lembrar ao Sr. Deputado Próspero Luís qual o número de contratos a prazo existentes em Faro em 20 de Junho, também lhe lembraria que nesse mesmo momento da intervenção referi que existia um projecto de resolução do grupo parlamentar de que faço parte no sentido de que a situação económica difícil tenha o seu termo. A partir daqui é possível que a situação na TAP se modifique. Com efeito, é possível que a partir das situações diferentes que o regime sucedâneo tem defendido e coberto os trabalhadores da TAP tenham uma situação diferente, na qual eles próprios, dentro de uma empresa pública, sejam capazes de ter condições de menor instabilidade, de menor precarização.

Vozes do PCP: — Muito bem!

Entretanto, reassumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente José Vitoriano.

O Sr. Presidente: — Para formular um pedido de esclarecimento ao Sr. Deputado Carlos Carvalhas, tem a palavra o Sr. Deputado Nogueira de Brito.

O Sr. Nogueira de Brito (CDS): — Sr. Deputado Carlos Carvalhas, esta questão relativa ao sector público e a sua defesa podem ser apresentadas de duas formas distintas.

Eu, que não tive oportunidade de ouvir a intervenção do Sr. Deputado Octávio Teixeira — e tenho pena que tal tenha acontecido —, verifico agora que essa questão foi colocada de duas formas distintas por dois senhores deputados da bancada do PCP. O Sr. Deputado Octávio Teixeira fê-lo de uma maneira formal. O PCP, que já reduziu esta Constituição ao subproduto superestrutural de maiorias heterodoxas formadas na Assembleia Constituinte, toma-a hoje como sua bandeira: o PCP defende a Constituição; os outros partidos atacam-na. Aliás, este estilo é muito próprio do PCP.

Assim sendo, o Sr. Deputado Octávio Teixeira adotou a seguinte postura: defender o sector público porque quer defender a Constituição. Tarefa nobre, que toda a Assembleia deverá congratular-se que por ele seja empreendida.

Porém, o Sr. Deputado Carlos Carvalhas colocou a questão de outra forma, não a abordando formalmente mas substancialmente, e disse: o que queremos é produzir cada vez mais e dever cada vez menos.

Estamos todos de acordo, Sr. Deputado Carlos Carvalhas, pois o que queremos é produzir cada vez mais e dever cada vez menos. Simplesmente, entendemos que em Portugal não produzimos cada vez mais, mas que devemos cada vez mais, em boa parte por causa do sector público da economia engendrado no pós 11 de Março de 1975.

Pergunto ao Sr. Deputado Carlos Carvalhas se é com um sector público onde domina a irracionalidade e a falta de oportunidade das decisões económicas tomadas, um sector público que contribui pouco mais do que de modo despicando para o mercado do emprego, um sector público que dá uma contribuição negativa para o equilíbrio extremo das nossas contas, um sector público que apresenta baixíssimos índices de produtividade, que contribuímos para afectar equilíbrios fundamentais da nossa economia. Pergunto também se desequilíbrios como sejam os da dívida económica do sector público alargado e das contas externas que, volta não volta, nos preocupam não têm aqui as suas causas fundamentais.

Sr. Deputado Carlos Carvalhas, V. Ex.^a pensa que é com o dinamismo do sector público, ou melhor (porque dinamismo ele não tem), que é com a dinamização que V. Ex.^a lhe quer emprestar que conseguiremos salvar a economia. Pergunto-lhe, Sr. Deputado, se em boa parte a nossa economia não tem sido arrastada para o desastre dos últimos anos e para as políticas de sacrifício que têm sido impostas aos Portugueses por causa desse mesmo sector público.

Uma voz do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Carvalhas.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Sr. Deputado Nogueira de Brito, uma primeira questão é a de que não afirmámos que defendemos o sector empresarial do Estado por defendermos a Constituição. Afirmámos e demonstrámos várias vezes, nesta Assembleia e fora dela — e temos uma tese demonstrada que se ainda não leu deveria tê-lo feito —, que a principal causa da situação económica, financeira e social que se vive em Portugal é a dos ataques que têm sido feitos ao sector público da economia.

Sr. Deputado Nogueira de Brito disse que está de acordo em que devemos produzir cada vez mais e dever cada vez menos e depois disse que nisso estavamo todos de acordo. No entanto, o seu partido esteve no governo e nessa altura Portugal aumentou a sua dívida e diminuiu a produção, tal como sucedeu com os ministros hoje aqui sentados e que integraram diversos governos que introduziram a mesma questão.

Em segundo lugar, o Sr. Deputado Nogueira de Brito, diz: então com este sector público os senhores fazem o mal e a caramunha, com este sector público que deve... Mas quem é que obrigou o sector público

a dever? Quer que lhe lembre, por exemplo, aquele despacho do então Ministro das Finanças, hoje Primeiro-Ministro, Cavaco Silva, que obrigou a CNP a endividar-se extremamente? O Sr. Deputado Nogueira de Brito conhece muito bem o assunto.

Depois disse: coitados dos sacrificados dos contribuintes. Pois são sacrificados. E porquê? Atacam o sector empresarial do Estado, transferem bens e serviços rentáveis do Estado, participações do Estado, para o grande capital e depois as empresas vão ao fundo. Quando elas vão ao fundo, dá-se a tal caramunha de que hoje ouvimos falar aqui o Sr. Ministro da Indústria e Comércio, que é a de os contribuintes ainda serem, de facto, obrigados a canalizar meios financeiros que, depois, são canalizados para o grande capital, para os detentores das grandes fortunas.

É falso o que o Sr. Deputado disse sobre alguns índices — e não esperava isto do Sr. Deputado Nogueira de Brito que deve conhecer bem o sector empresarial do Estado. Disse que contribuem de uma maneira despicada para o emprego. Pois se são empresas básicas, estratégicas, de elevada composição orgânica de capital, que significado é que isso tem? Têm baixa produtividade?! É falso! Não esteve com atenção ao que afirmámos e referimos números oficiais. E que dizer do valor acrescentado bruto, do investimento, e, mesmo, da sua produção?

Sr. Deputado Nogueira de Brito, a questão é a de que desde 1977 — chamo-lhe a atenção para isso — em vez de se estar a verificar a substituição de produção estrangeira por produção nacional, está a verificar-se o contrário, ou seja, a substituição de produção nacional por produção estrangeira.

O CDS para efeitos públicos faz afirmações e põe questões gongóricas como sejam: o que se está a passar com a CEE?; então as nossas pescas?; então a substituição da produção portuguesa pela produção espanhola? Mas hoje o CDS vem aqui antecipar-se, vem mostrar qual o seu voto, quanto terá ocasião de o fazer na quarta e na quinta-feira, pois já sabemos que o CDS está reduzido à «muleta» deste governo.

O Sr. Nogueira de Brito (CDS): — E vocês já não são muleta de ninguém!

O Sr. Presidente: — Para formular um pedido de esclarecimento ao Sr. Ministro da Indústria e Comércio, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Brito.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membro dos Governo: Antes de formular alguns pedidos de esclarecimentos ao Sr. Ministro da Indústria e do Comércio, não quero deixar de fazer uma referência em relação ao carácter desarticulado, frágil, da réplica do Governo.

Uma voz do PSD: — Olha quem fala!

O Orador: — Afirmámos que o Governo governa mal, maltratando condições favoráveis excepcionais para travar a recessão e relançar a economia e demonstrámo-lo.

Afirmámos que a situação social se degrada, falámos dos salários em atraso, demonstrámos que a situação é mais grave e, embora estando presentes os Ministros das Finanças e do Trabalho, com surpresa nossa, o Governo ficou silencioso. Espero bem que não se

trate de qualquer inibição parlamentar por parte dos dois senhores ministros, em consequência de intervenções parlamentares anteriores menos bem sucedidas. Na vida parlamentar há que continuar e com a experiência aprende-se alguma coisa.

Por isso mesmo quero pensar que não se trata disso mas, sim, de razões políticas que não deixam o Governo realmente bem colocado.

Sr. Ministro da Indústria, quero colocar-lhe agora algumas questões.

Ouvindo-o falar do processo anárquico que levou à formação do sector empresarial do Estado e do carácter selvático que o marca, apetece-me perguntar-lhe: o Sr. Ministro não teve notícia de que há uma Constituição da República e que ela foi elaborada durante um ano de árduos debates neste mesmo hemiciclo e em que participaram membros do seu partido, com quem certamente tem alguma solidariedade, e que esses debates conduziram à consagração do sector empresarial do Estado e a considerar irreversíveis as nacionalizações, as tais anárquicas, selváticas de que o Sr. Ministro fala?

Seria bom esclarecermos isto.

O Sr. Ministro também não tem notícia de que essa questão foi discutida depois em várias leis institucionais, que foi retomada aquando da revisão constitucional em 1982 e que a opinião da maioria do povo português, representado pela Assembleia da República, não é a mesma que a sua, isto é, de que é anárquico, selvático, mas foi no sentido de manter na Constituição a consagração do sector empresarial do Estado?

Uma voz do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Uma outra questão é relativa ao facto de o Sr. Ministro falar da situação de crise em que estão algumas empresas públicas, em sua opinião a maioria delas, quase a sua totalidade. O Sr. Ministro não se sente com responsabilidades nisso, ao menos como membro do seu partido que há sete anos tem a responsabilidade fundamental na nomeação dos gestores públicos? O próprio Sr. Ministro não teria sido já gestor público e não terá também responsabilidades directas, pessoais na situação de algumas empresas públicas?

Uma voz do PCP: — Muito bem!

O Orador: — O Sr. Ministro não entende, por muito divergente que seja a nossa filosofia em relação ao sector empresarial do Estado...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Carlos Brito, V. Ex.^a esgotou o tempo de que dispunha.

O Sr. Ministro da Indústria e Comércio deseja responder desde já ou no final e, em conjunto, a todos os pedidos de esclarecimento?

O Sr. Ministro da Indústria e Comércio (Santos Martins): — Responderei no final e em conjunto, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Nesse caso, para formular um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Sr. Ministro da Indústria e Comércio, não vou meter-me na questão da racionalidade, que foi já focada pelo meu camarada,

Sr. Deputado Carlos Brito, mas já agora coloco-lhe uma outra questão: qual é a racionalidade do Despacho n.º 2/86 emitido pelo Sr. Secretário de Estado da Indústria e Energia?

O Sr. Ministro anuncia destinos diferentes para diversas empresas públicas, de acordo com os seus sectores de actividade. Coloco-lhe estas questões: não conhece a Constituição? Não conhece o princípio da irreversibilidade da Constituição? Como vai ultrapassar esse problema?

Já agora, diga-me qual é o problema das cervejeiras e da cimenteiras? Esses sectores estão abertos ao sector privado. Qual a razão por que ao Sr. Ministro e ao Governo que integra não serve apenas a abertura de tais sectores à iniciativa privada? Por que é que, de acordo com o seu ponto de vista, tem de vender as empresas nacionalizadas que existem nestes sectores?

Em relação à questão da situação global das empresas públicas, o Sr. Ministro referiu os prejuízos em 1984. Resultados líquidos na ordem dos 62,5%, está certo. Só que fazer apenas esta afirmação é muito pouco! Digo-lhe mais, fica-se talvez só pelas «aparências».

O Sr. Ministro não descobre nada quando olha para esses resultados e verifica, por exemplo, que essas mesmas empresas, nesse mesmo ano, tiveram resultados económicos positivos de 161 milhões de contos e que libertaram meios no valor de 333 milhões de contos? Isto não lhe diz nada? Qual a razão por que há resultados negativos apenas em meia dúzia de empresas? O problema dos financiamentos não lhe diz nada?

Sr. Ministro, o problema dos meios financeiros é aquele que afecta a gestão das empresas neste momento, para além do dos gestores que lá estão e da orientação dada pelo Governo, que são questões globais.

Talvez conviesse não escamotear a questão, de que, por exemplo, dos 1400 milhões de contos que no final de 1984 as empresas públicas não financeiras deviam ao exterior, 772 milhões de contos, ou seja, 61% dessa dívida, não foram recebidos pelas empresas públicas, são apenas diferenças de câmbio. Há alguma empresa, algum conjunto de empresas, que possa ter resultados positivos com encargos de diferenças de câmbio desta ordem de grandeza?

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Aponte-me uma dessas empresas em qualquer ponto do mundo, Sr. Ministro... Tal não é possível!

É um facto que as empresas públicas aumentaram em muito o seu endividamento. Apesar de tudo, os créditos das empresas públicas, designadamente sobre o sector público estatal e sobre as empresas privadas e os seus clientes aumentaram muito mais. De 1976 a 1984 os débitos das empresas públicas aumentaram onze vezes e os créditos das empresas públicas não financeiras aumentaram 19,7 vezes. Estão a financiar o Orçamento do Estado, estão a financiar o sector público estatal, estão a financiar o sector privado.

Sr. Ministro, V. Ex.^a não pode apenas vir aqui fazer a afirmação de resultados líquidos. Isso é mistificar a situação!

Já agora, para terminar e respondendo também a uma questão colocada pelo Sr. Deputado Nogueira de Brito, gostaria de dizer que o problema da produtividade...

O Sr. Presidente: — Terminou o tempo de que dispunha, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Corregedor da Fonseca.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (MDP/CDE): — Sr. Ministro, o MDP/CDE entende que existe um certo bloqueamento na sociedade portuguesa em todos os níveis e em todos os sectores. É evidente que nos próximos dias 25 e 26 iremos ter oportunidade de discutir esse bloqueamento nos sectores do ensino, da saúde, da cultura, da habitação, da indústria e da economia.

O Governo considera apenas a iniciativa privada como fonte de crescimento e como motor de desenvolvimento económico do País. Ora, não essa a nossa opinião, embora não sejamos contra a iniciativa privada e já mais do que uma vez declarámos que não somos contra os investidores que têm em conta a valorização do sector produtivo. Aliás, devo dizer, Sr. Ministro, que acreditamos que existem alguns empresários que merecem todo o nosso respeito, que estão perfeitamente inseridos no processo democrático e que visam o desenvolvimento do País. Mas a verdade é que, em nossa opinião, se mantém uma falta de capacidade de intervenção da iniciativa privada; que relega para plano secundário o sector produtivo nacional.

Do Programa do Governo constava o seguinte: «Apostar-se-á inequivocamente na iniciativa privada como a fonte autêntica e insubstituível do desenvolvimento económico e social.» O Sr. Ministro é capaz de me dizer quais foram os resultados práticos desta aposta do Governo? Que resultados houve deste tipo de relançamento da política económica portuguesa?

Mais adiante, o Programa do Governo refere que: «A confiança aparece numa economia quando os agentes económicos acreditam no êxito de quem conduz a política.» Sr. Ministro, quais são os resultados práticos desta confiança? Que tipo de investimento houve até agora? Que tipo de novos empregos foram criados até agora? É capaz de me dizer se os investidores privados têm assim tanta confiança no Governo que foram capazes de investir tanto como o Governo pensava?

A determinada altura da sua intervenção, no capítulo dedicado às áreas da indústria e da energia, o Sr. Ministro diz que continuam a verificar-se importantes constrangimentos em termos da sua capacidade endógena para vencer os desafios que a integração europeia impõe. O Sr. Ministro poder-nos-á dizer claramente o que é que o Ministério que tutela fez para responder a estes desafios e para acabar com os importantes constrangimentos que existem?

O Sr. Ministro também referiu que o Governo apostava no aumento das condições de vida dos Portugueses. Aquando da discussão do Programa do Governo, o Sr. Primeiro-Ministro disse que havia 470 000 desempregados. É capaz de nos dizer qual foi o aumento do desemprego desde que o Governo tomou posse? Que tipo de condições de vida foram criadas e que tipo de política de emprego, de investimento e de desenvolvimento é que o Governo apresentou? São ou não verdadeiros os últimos números apresentados pelo Instituto Nacional de Estatística que nos declararam que o desemprego aumentou 1,1%?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Cravinho.

O Sr. João Cravinho (PS): — Sr. Ministro, normalmente quando se fala do sector público é costume trazê-lo à colação, assacando-lhe todas as culpas por tudo aquilo que os governos não são capazes de fazer. Isso é pecha velha e basta recordar um simples episódio que passo a referir: durante anos ouviu-se dizer nesta Câmara que, por exemplo, o facto de os adubos e os cimentos estarem bloqueados à iniciativa privada impedia miríficos projectos. Sei que afirmações desse tipo existem, são verdadeiras.

Gostaria, pois, de saber quantos projectos é que o Sr. Ministro tem em carteira, qual é a situação dos adubos e cimentos e que iniciativas privadas se encontram previstas. Este é um ponto extremamente importante, visto que, neste momento, este é um sector onde há possibilidade de iniciativa privada, tendo havido grande reclamação para que ele fosse aberto.

Declarada a extinção da CNP, é evidente que agora se trata de negociar as transferências de activos — não de passivos, porque esses ficaram por conta do Estado. Que negócios é que estão em vista, Sr. Ministro? É impossível que não haja negócios em vista! O Sr. Ministro poder-nos-á explicar que diligências estão em curso e que negócios é que estão perspectivados?

Em relação à EDP, gostaria apenas de pedir ao Sr. Ministro que reiterasse o que foi dito na Comissão de Economia, Finanças e Plano no sentido de que não haverá desmembramento da EDP, mas somente regionalização das suas estruturas empresariais.

Segundo um semanário, que normalmente costuma estar muito bem informado, até ao dia 30, o Governo deverá dar o veredito sobre a QUIMIGAL. Vou passar à leitura de um pequeno excerto desse semanário, pois é bastante elucidativo: «Depois da opção da holding da QUIMIGAL, que teria por vantagem a certificação de uma estratégia comercial e financeira global para o universo de empresas da QUIMIGAL», como o semanário referiu em primeira mão, «encara-se agora a hipótese de dividir a QUIMIGAL em várias unidades autónomas e com contas claramente separadas, de modo a permitir, a médio prazo, a reprivatização das unidades mais apetecíveis ao sector privado, sem que com isso seja necessária nova reforma estrutural na empresa». A prosa não é minha, mas sim do semanário, que geralmente anda bem informado. Querá o Sr. Ministro dizer-nos o que pensa desta hipótese prevista para o dia 30 deste mês?

O Governo veio aqui dizer uma coisa que me espantou e que foi o seguinte: «Nós não temos nada contra o sector empresarial do Estado [...]» Sou dos poucos que acredita que não tenham nada contra, mas devo dizer que gostaria que isso fosse aqui demonstrado e não apenas afirmado.

Sr. Ministro, na verdade não há investimento privado. Isso é um facto que é sentido pela comunidade empresarial e pelo País. Por que é que não há investimento privado, Sr. Ministro? Esta resposta não deverá ser apenas dada por V. Ex.ª, mas sim por todo o Governo.

As exportações estão em queda real, Sr. Ministro. Porquê? É esta a política...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, terminou o tempo de que dispunha.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nogueira de Brito.

O Sr. Nogueira de Brito (CDS): — Sr. Ministro, peço-lhe que me permita que, em primeiro lugar, responda ao desafio que o Sr. Deputado Octávio Teixeira me fez.

O Sr. Deputado Octávio Teixeira e o partido a que pertence fizeram um apelo à memória do Governo — aliás, fizeram bem, pois eu também vou fazer o mesmo apelo. Porém, entretanto, o Sr. Deputado Octávio Teixeira também teve algumas falhas complicadas de memória — aliás, devo dizer que as tem tido sempre. A este propósito, o Sr. Deputado Octávio Teixeira e a bancada do Partido Comunista Português recordam sempre os terríveis ónus que foram lançados sobre as empresas públicas obrigando-as a recorrer ao crédito externo.

Sr. Deputado Octávio Teixeira, V. Ex.^a reconhece ou não que o recurso ao crédito externo, nas condições em que teve de ser feito, era uma necessidade imperiosa para o País? Reconhece ou não que na origem dessa necessidade está, em grande parte, a actuação das empresas públicas e de uma boa parte do sector público?

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Dá-me licença que o interrompa, Sr. Deputado?

O Orador: — Não, porque há momento também não me deixaram interromper.

Sr. Ministro, V. Ex.^a falou do modo selvático como se originou boa parte do sector público da economia. Na realidade, V. Ex.^a tem razão, pois ele originou-se de um modo selvático na forma, mas esse não foi um acto irracional; foi um acto rigorosamente pensado, pois foi pensado com um objectivo. E não deixou de ser selvático pelo facto de ter sido coberto com a norma constitucional que torna irreversíveis as nacionalizações.

Essa norma constitucional não apaga o modo como as nacionalizações foram efectuadas. Essa norma constitucional é o produto de uma maioria conjuntural desta Câmara que supomos que já acabou, porque já depuseram contra ela o Partido Socialista em oportunidades posteriores e o Partido Renovador Democrático na sua campanha eleitoral. Esperamos, pois, que essa norma não tenha mais razão de ser, porque ela é que é irracional, enquanto o objectivo com que as nacionalizações e as ocupações foram feitas nunca foi irracional.

Sr. Ministro, lamento muito que haja incoerência da sua parte: V. Ex.^a fala do modo selvático como se formou o sector público e depois pede desculpa e diz que não está encarniçado contra o sector público. Ninguém está, Sr. Ministro! O CDS também não está encarniçado contra o sector público...

Risos do PCP.

Meus caros amigos, nós temos o maior respeito por quem trabalha honesta, séria e produtivamente tanto no sector público como no sector privado. Porém, não temos respeito pela irracionalidade que o sector público tem introduzido na nossa economia. E isso são questões diferentes!

O Sr. Ministro falou-nos aqui de um plano de actuação em relação ao sector público, plano esse em relação ao qual o Sr. Deputado João Cravinho já se referiu nas questões que colocou. Neste contexto, neste

quadro, no quadro desta Constituição, no quadro desta Assembleia, no quadro destas maiorias, que possibilidades é que o Sr. Ministro entende que o Governo tem de pôr em prática esse plano?

O Sr. Presidente: — Para responder aos pedidos de esclarecimento que foram formulados, tem a palavra o Sr. Ministro da Indústria e Comércio.

O Sr. Ministro da Indústria e Comércio (Santos Martins): — Sr. presidente, Srs. Deputados: As perguntas foram muitas, as respostas até são fáceis de dar, mas o que é mais difícil é, no curto prazo de tempo de que disponho, podê-las arrumar da forma mais adequada. Porém, procurarei responder a todas elas, se o tempo de que disponho me permitir.

Diz o Sr. Deputado Carlos Brito que a minha réplica foi desarticulada e frrouxa. Sr. Deputado, o que é desarticulado e frrouxo é aquilo a que os senhores chamam o sector público estatal.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O Sr. Deputado também referiu que os Srs. Ministros das Finanças e do Trabalho e Segurança Social se mantiveram silenciosos em relação a algumas questões que aqui foram formuladas. Pode o Sr. Deputado estar certo de que ao longo deste debate eles darão as respostas adequadas.

O Sr. Deputado disse que esperava que os Ministros — e dirigiu-se concretamente a esses dois — algo aprendessem, nomeadamente com a experiência parlamentar. Porém, devo dizer que o que noto é que o PCP não aprende nada e continua a repetir os *slogans* e as *cassettes* habituais, não se aproximando dos problemas reais do País e das soluções que todos desejam.

Aplausos do PSD.

Protestos do PCP.

O Orador: — O Sr. Deputado Octávio Teixeira perguntou se conhecemos a Constituição da República. Devo dizer-lhe que conhecemos, Sr. Deputado, e suponho que o PCP também a deveria conhecer!

Todas as medidas que o Governo tomar serão em estrita resposta, cumprimento e obediência à Constituição que todos nós respeitamos. E não é o PCP que nos julgará. Existem organismos para julgar, se de alguma forma atentarmos contra a Constituição.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Perguntou também o Sr. Deputado Carlos Brito se eu esquecia as responsabilidades que ao meu partido, ao meu ministério e a mim próprio, já que fiz parte de outros governos, nos cabia. Sr. Deputado, todos nós, portugueses, temos responsabilidades!

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Uns mais, outros menos!...

O Orador: — É tempo é de aprender, é tempo é de emendar o que se fez mal!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Fez o Sr. Deputado Octávio Teixeira referência ao que eu disse relativamente à reprivatização do sector das cervejas e dos cimentos. O que disse (e repito) foi que não houve nenhuma racionalidade, a menos que se trate de uma racionalidade selvagem de nacionalização a todo o custo, de destruição de um sistema. E essa foi a lógica do Partido Comunista.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (MDP/CDE): — Estava de acordo com o sistema?!

O Orador: — Não subscrevemos a lógica do Partido Comunista e pedimos respeito para dizer que as posições são bem claras e francas: o Partido Comunista tem uma lógica e os partidos democráticos portugueses têm, certamente, uma lógica diferente.

Vozes do PSD: — Muito bem!

Protestos do PCP.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Parece que esteve no Brasil!

O Orador: — Não estive no Brasil, não. Estive sempre em Portugal, tal como o Sr. Deputado.

Aproveito esta ocasião para fazer uma referência aos resultados económicos positivos de algumas empresas. Já tive ocasião de afirmar — é verdade — que o sector dito do Estado não tem uma lógica global, mas que há empresas que em si são coerentes e lógicas.

Foram feitas algumas afirmações relativamente aos encargos financeiros gerados nas empresas e ao problema das diferenças de câmbio, mas esses são assuntos que teremos oportunidade de discutir mais em detalhe ao longo deste debate. De qualquer modo, gostaria de dizer que as diferenças de câmbio têm de ser analisadas em complementariedade com as taxas de juro praticadas nos empréstimos externos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Não são os juros, é o capital!

O Orador: — Congratulo-me pelo facto de o Sr. Deputado João Corregedor da Fonseca ter dito que não é contra a iniciativa privada. Como eu também disse que não sou contra a iniciativa pública, parece que estamos de acordo! ...

Perguntou ainda o Sr. Deputado João Corregedor da Fonseca o que é que o Governo fez para lutar contra os constrangimentos que encontrou.

Penso que — e não queria estar a fazer insinuações...

O Sr. João Corregedor da Fonseca (MDP/CDE): — Que política industrial é que o Sr. Ministro tem?

O Orador: — Depois lhe responderei a essa da política industrial.

Primeiro, a política industrial não é um acto isolado. A política industrial está ao serviço de uma política económica global.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. João Corregedor da Fonseca (MDP/CDE): — Então, não tem!

O Orador: — É tempo de pensarmos uma política económica global, com políticas sectoriais nos diversos subsectores. E se o Sr. Deputado João Corregedor da Fonseca não assistiu à evolução da taxa de câmbio e à diminuição das taxas de juro e da inflação, então terá de estar mais atento à evolução do processo económico nacional.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (MDP/CDE): — Resultados práticos, Sr. Ministro! Criação de emprego, novas indústrias, investimento, onde é que estão?

O Orador: — Quanto ao problema do desemprego, certamente que o Sr. Ministro do Trabalho e Segurança Social terá ocasião durante este debate de responder ao Sr. Deputado.

O Sr. Rogério de Brito (PCP): — Está a falar há 10 minutos e ainda não disse nada! Depois diz que não tem tempo para responder!

Protestos do PSD.

O Orador: — O Sr. Deputado João Cravinho fez algumas referências a um conjunto de empresas públicas, designadamente à CNP, à EDP e à QUIMIGAL.

No que diz respeito à CNP, tal como o Sr. Deputado disse, dentro de uma política de coerência que foi anunciada na minha intervenção e que resultou numa deliberação/resolução do Conselho de Ministros, oportunamente transmitida à Comissão de Economia, Finanças e Plano e também ao Conselho Permanente de Consertação Social, o Governo decidiu extinguir a CNP. Fê-lo conscientemente, certo de que era uma medida que se impunha, e tanto mais quanto é certo que, desde 1982 a esta parte, todos os estudos feitos apontavam para que tal fosse efectuado. Pena foi que os diversos governos não tenham tido possibilidade ou não tenham querido tomar a medida que tomámos agora.

A respeito da EDP o Sr. Deputado fez referência ao fenómeno da regionalização. Posso responder-lhe mas penso que bastaria que fizesse uma leitura das duas resoluções do Conselho de Ministros já publicadas e dos dois despachos conjuntos que se lhes seguiram para saber que o Governo aponta para a regionalização da EDP, mas não como uma forma de divisão ou reprivatização e que encarregou uma comissão, onde estão representados os interesses fundamentais envolvidos, de estudar a questão e fazer propostas ao Governo para este, em última instância, vir a decidir.

Quanto à QUIMIGAL, Sr. Deputado João Cravinho, não posso afirmar que tudo o que os semanários dizem, mesmo os mais bem informados, tem de ser necessariamente correcto. Certamente que, sendo hoje dia 23 de Junho, não será possível até ao próximo dia 30 ter uma decisão final. Trata-se de um problema demasiado importante para ser tomado de ânimo leve. Sobretudo não posso confirmar nem desmentir — até porque os estudos estão em execução — qualquer conclusão que um semanário tido como bem informado tenha divulgado.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Rogério de Brito (PCP): — Já vai em 12 minutos e continua sem dizer nada!

O Sr. Duarte Lima (PSD): — É surdo!

O Orador: — Então, é porque o Sr. Deputado ouve mal!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Perguntou o Sr. Deputado João Cravinho, se o Governo não está contra o sector público, então o que é que tem feito por esse sector.

Conforme tive ocasião de dizer na Comissão de Economia, Finanças e Plano, e hoje aqui de exemplificar, tracei em linhas muito rápidas — aquelas que o tempo me permitiu — o que pensamos das actuações a levar a cabo em cada uma das empresas públicas tuteladas pelo Ministério da Indústria e Comércio. Poderei citar alguns exemplos pela positiva, pois não os há só pela negativa. Assim, relativamente à Siderurgia Nacional, o Executivo reconfirmou a decisão do governo anterior de implementação de um miniplano siderúrgico e, mais do que isso — porque não basta apenas tomar decisões —, tomou as iniciativas e medidas necessárias para que ele tenha o imprescindível suporte financeiro que permita a sua concretização atempada e da maneira mais adequada.

Quanto à observação de que as exportações estão em queda real, não posso, de forma nenhuma, subscrevê-la. Como o Sr. Deputado João Cravinho bem sabe — e, de resto, isso consta do Programa do Governo —, admitímos que, passado um período explosivo de crescimento das exportações, gerado fundamentalmente pela desvalorização sistemática da moeda, o desenvolvimento daquelas não se iria processar ao mesmo ritmo que vinha acontecendo.

Efectivamente assim aconteceu e não se verifica — perdoe-me que o corrija — uma queda real das exportações, pois, na verdade, se considerarmos a exportação em dólares, mesmo assim, elas estão em crescimento.

Referiu o Sr. Deputado Nogueira de Brito que apontei, citando cada uma das empresas, um plano de actuação em relação ao sector público. Permito-me corrigi-lo e tenho, aliás, a certeza que a intenção da sua afirmação não foi aquela que se poderia, eventualmente, interpretar.

Na minha intervenção inicial fui bem claro ao dizer que, pelas razões da sua formação, não considero o sector público empresarial como um todo coerente e homogéneo, mas sim que as empresas em si mesmas são, uma a uma, coerentes e homogéneas. Daí que, ao apontar o «plano de actuação» em relação ao sector público, tenha apontado, sim, o plano de actuação em relação a cada empresa de per si e nunca em relação a um sector na sua globalidade.

Finalmente, pôs uma boa questão o Sr. Deputado Nogueira Brito.

Vozes do PCP: — Claro!

O Sr. João Corregedor da Fonseca (MDP/CDE): — Está todo satisfeito...

O Orador: — Será que o Governo — pergunta o Sr. Deputado —, depois de ter apontado as medidas e as recomendações que julga convenientes imprimir ao sector público, pensa analisá-lo sob aquela óptica de cada empresa de per si?

Meus senhores, a resposta a esta questão não é o Governo que tem de a dar, mas sim os senhores deputados, respondendo à moção de confiança que o Governo apresentou hoje na Assembleia da República.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Carlos Brito, V. Ex.^a inscreveu-se para fazer uma intervenção, não é verdade?

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Exactamente, Sr. Presidente, inscrevi-me para fazer uma intervenção. Mas já agora, por uma questão de lealdade, gostaria de prevenir desde já o Sr. Ministro da Indústria e Comércio de que vou prosseguir as alegações que estava a formular sob a forma de pedidos de esclarecimento ao Sr. Ministro.

O Sr. Presidente: — Então, oportunamente dar-lhe-ei a palavra para uma intervenção, Sr. Deputado Carlos Brito.

Concedo agora a palavra à Sr.^a Deputada Ilda Figueiredo, para pedir esclarecimentos ao Sr. Ministro do Plano e da Administração do Território.

A Sr.^a Ilda Figueiredo (PCP): — Sr. Ministro do Plano e da Administração do Território, suponho que V. Ex.^a estava aqui presente na Assembleia quando iniciámos este debate sobre a interpelação ao Governo, abertura essa onde formulámos diversas perguntas, para as quais gostaríamos, naturalmente, de obter resposta por parte do Governo.

Não foi sem algum espanto que, depois de ouvir a intervenção que o Sr. Ministro fez, verifiquei que V. Ex.^a ignorou totalmente as questões que aqui formulámos durante a apresentação da nossa interpelação. Portanto, o Sr. Ministro às perguntas disse nada. Pelo contrário, V. Ex.^a decidiu retomar um debate já realizado nesta Assembleia, voltando a repetir inverdades sobre a Empresa Pública de Parques Industriais.

Não deixa de ser sintomático que o Sr. Ministro tenha feito isto. Certamente que foi já uma antecipação da moção de confiança que o Governo acaba de apresentar nesta Assembleia. E, se é assim, não deixa de ser também sintomático.

Mas, já que o Sr. Ministro não deu resposta a nenhuma das perguntas que formulámos, já que tentou ignorar as questões que lhe dirigimos, gostaria de lhe colocar uma outra questão, que é a seguinte: no âmbito do seu ministério foi recentemente realizada uma pré-selecção de candidatos para um programa de formação avançada (PROFORMA). Na lista individual que serviu de base à pré-selecção dos candidatos aparecem vários pedidos de informações muito pessoais, entre os quais dois merecem registo especial pela gravidade de que se revestem. São eles exactamente a filiação partidária e a religião.

O que é que isto significa, Sr. Ministro? Nós estamos a 23 de Junho de 1986, Sr. Ministro!

Pergunto qual o significado de um pedido de informação deste tipo para uma pré-selecção de candidatos levada a cabo no âmbito do seu ministério.

Certamente que é neste quadro que se comprehende a intervenção de V. Ex.^a Está a ficar claro que os Srs. Ministros e o Governo, em geral, não se adaptam ao quadro constitucional vigente!...

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Ávila, igualmente para pedir esclarecimentos ao Sr. Ministro do Plano e da Administração do Território.

O Sr. Victor Ávila (PRD): — Sr. Ministro do Plano e da Administração do Território, na intervenção que proferiu há momentos, V. Ex.^a referiu-se à Empresa Pública de Parques Industriais, tendo afirmado que as medidas aprovadas na Assembleia da República de suspensão de algumas das cláusulas do decreto-lei de extinção teriam conduzido a atrasos na resolução dos problemas daqueles parques.

O que gostaria de lhe perguntar era o seguinte: atendendo a que a suspensão que foi aprovada na Assembleia da República diz respeito à extinção de contratos de trabalho e à alienação dos bens patrimoniais da empresa e sendo certo que todos os poderes da comissão liquidatária no que diz respeito à gestão corrente foram mantidos em funcionamento, em que medida é que a suspensão provocou esses tais atrasos, uma vez que temos conhecimento de que a comissão liquidatária tem vindo a praticar actos que não estavam expressamente previstos no decreto-lei de extinção, como sejam pequenos investimentos em alguns parques industriais?

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro do Plano e da Administração do Território.

O Sr. Ministro do Plano e da Administração do Território (Valente de Oliveira): — Sr.^a Deputada Ilda Figueiredo, não vou efectivamente antecipar algumas das respostas que serão dadas por colegas meus durante esta discussão, que vai prosseguir amanhã, pois que naturalmente serão eles a retomar e responder às questões muito específicas colocadas pela Sr.^a Deputada e pelos seus colegas de bancada no início deste debate.

Suponho que o que a Sr.^a Deputada quis ilustrar com a referência ao caso específico da EPPI é que temos de ter coragem para, quando um instrumento determinado não resolve os problemas, mesmo que seja uma empresa pública, o reformular e adaptar à realidade que se nos apresenta.

A Sr.^a Ilda Figueiredo (PCP): — Pois, a fórmula como o fez foi muito mal!

O Orador: — A fórmula como foi feita podia ter sido outra muito mais de acordo com a legislação; muito menos aberta à participação do Parlamento; mas foi feita exactamente com o maior respeito por ele.

A Sr.^a Ilda Figueiredo (PCP): — Nem podia ser de outra forma.

O Orador: — Relativamente à ficha de quem falou, sou o primeiro a lamentar que tenha circulado naqueles termos; devo dizer-lhe que, logo que soube destes termos em que tinha começado a circular, a mandei suspender e não haverá mais nenhuma ficha pedindo esses elementos. Repito, sou o primeiro a lamentar que ela tenha circulado mas, como sabe muito bem, o Ministro não pode ver tudo. Saiu assim, tenho pena de que isso tenha acontecido, já foi mandada suspender e, naturalmente, gostarei de saber porque é que as coisas foram feitas dessa maneira.

Quanto à questão levantada pelo Sr. Deputado Victor Ávila, devo dizer que a construção da delegação aduaneira na Covilhã continua, já que foi entendimento do Ministério das Finanças de que isso se deveria fazer. O efeito negativo da suspensão tem a ver com o interlocutor — especialmente em Guimarães, tal como referi na minha intervenção — que ficou um pouco embarrado com o estatuto da comissão liquidatária, isto é, a falta de poderes da comissão para firmar contratos fez vacilar tudo, e neste momento está a causar algum atraso nesse domínio.

O problema não foi nas pequenas coisas que ainda podemos fazer, porque, como sabe — volto a repetir —; o Governo é sensato e tenta salvar do instrumento «parques industriais» aquilo que é possível ser salvo.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Ivo de Pinho.

O Sr. Ivo de Pinho (PRD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: A presente interpelação abre, entre outras, a possibilidade de se debater o essencial das orientações e actuações do Executivo no domínio do sector público produtivo.

No entender do PRD, esta oportunidade deve ser aproveitada para, serena, aberta e construtivamente, se analisar, à luz do interesse nacional, a natureza, o sentido e o alcance das decisões tomadas pelo Governo, com particular incidência no funcionamento do sector público produtivo.

Sabe-se que a situação que se vive nesse importante segmento do aparelho produtivo nacional é particularmente crítica, acrescendo que certas actuações e ou intenções do Governo têm contribuído para criar e ou intensificar um clima de instabilidade e de desconfiança que prejudica, objectivamente, o funcionamento do sector público produtivo, em geral; e o de algumas importantes empresas públicas, em particular.

Temos afirmado, repetidamente, a nossa disponibilidade para discutir, sem complexos nem prejuízos de valor apriorísticos, a problemática em apreço. O maniqueísmo que tem sido estabelecido entre o sector público e o sector privado, radicando em factores estritamente ideológicos; é, para nós, simplista, redutor e desprópositado face ao País que somos e à estrutura produtiva que detemos.

Não defendemos o sector público produtivo com base em slogans estafados e vazios de conteúdo prático. Para nós, a defesa das «conquistas dos trabalhadores» e da «irreversibilidade das nacionalizações» constituem, naturalmente, objectivos intermédios respeitáveis, mas, para serem adequadamente prosseguidos, requerem a adopção de comportamentos e actuações que exprimam uma visão sistémica, integrada e coerente da multiplicidade de factores dinâmicos que caracteriza e, em larga medida, subordina a realidade económica e social do País.

Por outro lado, também não podemos tolerar que a existência e a estabilidade de funcionamento do sector público produtivo sejam sistematicamente postas em causa com base em argumentos que, traduzindo uma visão de exacerbado liberalismo, escamoteiam, por imperativos ideológicos, a realidade que existe e as potencialidades que uma gestão equilibrada das complementariedades técnicas, tecnológicas e produtivas do binómio sector público-sector privado encerra.

Estamos persuadidos de que muito haverá que mudar no sector público produtivo para que, da sua actividade, possam extraír-se os benefícios económicos e sociais exigíveis.

Por isso, estamos disponíveis para colaborar, sem ortodoxias estéreis ou redutores liberalismos, na definição de uma envolvente institucional e de uma política orientada para a reestruturação do nosso sector público produtivo. Nesse contexto, votámos favoravelmente, no âmbito da Comissão de Economia, Finanças e Plano, a constituição imediata de uma «subcomissão permanente para o acompanhamento do sector empresarial do Estado», bem como a realização, no início da próxima sessão legislativa, de um debate com o Governo sobre a situação e perspectivas de desenvolvimento desse sector.

Não utilizaremos a oportunidade aberta pela presente interpelação para afrontar o Governo. Não tem sido essa a nossa actuação, porque não pensamos que a solução dos problemas do País passe pela confrontação entre órgãos de soberania. Não deixaremos, porém, de exprimir abertamente as nossas divergências com a actuação do Executivo.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Uma análise séria das razões determinantes da crítica situação que hoje se vive, em termos gerais, no sector público produtivo, tem de partir dos anos sessenta — e dos projectos desenvolvimentistas que então se afirmaram —, passar pelos anos setenta — e, consequentemente, pela retoma, por ausência de um projecto próprio de desenvolvimento para a sociedade portuguesa, de ideias e projectos manifestamente inviáveis — e chegar à primeira metade dos anos oitenta, período em que fortes dificuldades económicas e financeiras conduziram à utilização do sector público produtivo como instrumento privilegiado e directo de política económica.

A situação actual é, pois, o resultado natural da acumulação sinérgica de um vasto conjunto de erros, indecisões e indefinições, nomeadamente nos domínios da prospectiva, da política económica e da própria gestão das empresas públicas. A nosso ver, não é, pois, socialmente inteligível pretender-se resolver os problemas que existem adoptando uma postura fechada, esotérica e quase dogmática que utiliza um acerado bisturi para «cortar os males pela raiz»...

É que, no limite, tal atitude poderá engendrar novos e agudos problemas que se juntarão às dificuldades que já existem.

Não se pode ter da política económica a visão circunscrita e redutora da economia de empresa. Um país não pode ser gerido como uma empresa. Os critérios de avaliação de rentabilidade económica e da utilidade e mérito social não podem reconduzir-se às técnicas de avaliação da rentabilidade financeira, em sentido estrito. Esta visão estreita da gestão económica de um país não é, em nosso entender, a mais indicada para a resolução estável e duradoura dos problemas actuais e dos desafios do futuro.

Do exposto, não deve inferir-se que enfileiramos com os que sustentam que a actuação do Governo relativamente ao sector público produtivo tem como finalidade essencial a sua destruição. Com efeito, recusamo-nos a admitir que um governo democrático — qualquer que seja a sua doutrinação ideológica — possa perder o sentido e a dimensão do interesse nacional.

Pensamos, no entanto, que este Governo está, porventura deliberadamente, a contribuir para a desarticulação e desintegração de um sector que, globalmente, apresenta vantagens comparativas apreciáveis em matéria de capital tecnológico e parque de equipamentos, de qualificação dos recursos humanos, de capacidade de assimilação, desenvolvimento e centrifugação de novas tecnologias, de contribuição para a reestruturação de sectores em declínio ou em processo de reconversão, etc.

Poderá o nosso país dispensar, no momento crucial que atravessa, o concurso do sector público produtivo? Independentemente da resposta que se dê a esta questão, é nosso entendimento que, enquanto não existir um projecto consistente de desenvolvimento económico do País, enquanto não forem definidas e objectivadas políticas sectoriais integradas e enquanto se não encontrar minimamente configurado um modelo global de reorganização do sector público produtivo, não devem tomar-se acções pontuais que ameacem hipotecar ou, mesmo, condicionar a correcção das deficiências do nosso sistema produtivo.

Sabemos quem somos e donde vimos. Precisamos de saber para onde vamos. Teremos de aplicar, brevemente, políticas de adaptação estrutural e medidas de ajustamento positivo e não podemos correr o risco de inviabilizar o sucesso da sua aplicação implementando, previamente, acções dispersas e isoladas que podem induzir efeitos perversos, prejudicando o necessário adensamento do tecido produtivo, a progressiva redução do conteúdo importado da nossa procura final, a participação activa do País na partilha das vantagens emergentes da aplicação de novas tecnologias, a necessidade imperiosa e urgente de combater eficazmente o desemprego, etc.

Não temos uma política agrícola. Não temos uma apolítica industrial. Vamos construí-las e organizá-las em função de actuações circunscritas incidentes sobre o sector público produtivo?

Em matéria de política económica, o Mercado Comum debate-se actualmente com dois problemas essenciais: o primeiro respeita à dosagem e arbitragem apropriada entre investimentos de racionalização e investimentos de extensão de capacidades; o segundo refere-se à problemática do desemprego. Segundo a Comissão das Comunidades Europeias, a manutenção da actual política económica conduziria, em termos tendenciais, a uma taxa média de desemprego na CEE superior a 10% em 1990; ainda segundo a mesma fonte, o mais róseo dos cenários contrastados, denominado de «cooperação para o crescimento», aponta para uma taxa de desemprego da ordem dos 7% em 1990, valor este que está associado a um crescimento médio anual do PIB de cerca de 3,5% entre 1986-1990 e a crescimentos das produtividades do trabalho e dos custos salariais de 2,4% e 1%, respectivamente.

Estes problemas são, também, muito importantes no nosso país e tendem a sê-lo cada vez mais, pelo menos, até aos anos noventa. Se os referirmos neste contexto, é porque a sua adequada solução está inextrinavelmente ligada à política que for adoptada em relação ao sector público produtivo.

O Sr. Presidente: — Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O Governo afirmou, nas grandes opções do Plano, que iria promover a racionalização económica e a melhoria da eficácia das empresas

públicas, através de adequados programas de investimento e desinvestimento. Concordámos com esta posição genérica porque também nós consideramos que é necessário implementar a reestruturação do sector público produtivo por forma a introduzir-lhe maior flexibilidade e agilidade e a dotá-lo de condições que permitam aumentar não só a eficácia global da sua actuação mas, também, os níveis de eficiência dos recursos nele investidos.

Continuamos, porém sem conhecer medidas que tenham sido tomadas pelo Governo no sentido de dar cumprimento ao citado objectivo. Assim, o Programa de Investimento do Sector Empresarial do Estado (PISEE) para este ano não se encontra ainda disponível, pelo que se não sabe em que empresas e sectores vai o Estado investir e desinvestir. Quanto à racionalização do sector conhecem-se, apenas, a controversa deliberação de extinção da Companhia Nacional de Petroquímica, o propósito de eventual regionalização da EDP, a reestruturação do sector mineiro e, segundo afirmam alguns meios de comunicação social, a cisão da QUIMIGAL em ilhotas autónomas de produção. Esperamos que o «caso CNP» não seja paradigmático da acepção governamental de racionalização... Na Europa em que estamos integrados, racionalizar tem significado, basicamente, reduzir a capacidade de produção em sectores críticos, de forma programada e objectivada e salvaguardando os interesses e as posições nacionais nos sectores básicos. Em Portugal não parece ser esse o sentido das acções de racionalização. Não queremos, porém, admitir que o pensamento do Governo nesta matéria tenha tradução num despacho da Secretaria de Estado da Indústria e Energia que determina a todas as empresas públicas que tutela a emissão imediata de ordem de venda das suas participações majoritárias noutras empresas, sem sequer curar de saber se tais participações se justificam por razões de complementaridade técnica, tecnológica ou produtiva...

Também concordámos com a medida constante das já citadas GOPs, consistente da devolução às empresas públicas da mais ampla autonomia de gestão. Neste domínio também nada parece ter mudado, continuando a gestão das EPs a observar, por vezes escrupulosamente, o *diktat* das respectivas tutelas e do Ministério das Finanças. A prometida despartidarização da gestão é, igualmente, intenção adiada. Naturalmente que, enquanto persistir esta envolvente, não se afigura ser objectivamente possível corrigir as deficiências de funcionamento do sector público produtivo.

No tocante ao saneamento financeiro das empresas públicas em situação mais crítica, os problemas mantêm-se inalteráveis. Os recursos orçamentais veiculados, designadamente as dotações para aumento do capital estatutário, foram claramente insuficientes. O Governo considerou que o incentivo ao recurso ao mercado de obrigações seria bastante para assegurar o financiamento da sua actividade. Para além de tal previsão se não estar a confirmar na escala desejável, tem-se assistido à dinamização de instrumentos de financiamento que podem provocar um certo «desnaturamento» do capital público de determinadas empresas. Entretanto, sem promover, directa e frontalmente, medidas tendentes ao efectivo saneamento financeiro do sector público produtivo — recorda-se que o problema dos «atrasados» está longe de se encontrar regularizado —, o Estado tem desempenhado o papel

de vítima do processo, assumindo a dívida externa — que, aliás, ajudou a criar e a consolidar — das empresas insolventes, a fim de impedir o funcionamento da cláusula de *cross default*.

Finalmente, no tocante à reorganização do sector público produtivo, não se registaram quaisquer avanços, sendo que o Governo continua, deliberadamente, a meter no mesmo saco empresas com características de serviço público, empresas que laboram em sectores constitucionalmente reservados ao Estado e empresas que actuam em mercado aberto, em concorrência com empresas privadas. Dir-se-á que, para o Governo, o denominador comum a todas elas é serem públicas e, por definição, inviáveis...

Sr. Presidente. Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O balanço da actividade governativa, no domínio em análise, não se afigura positivo. À mulher de César não bastava ser séria, tinha de o parecer. Ao Governo basta-lhe ser sério. Por isso acreditamos que este debate permitirá esclarecer muitas questões importantes.

Aplausos do PRD.

O Sr. Presidente: — Para formular pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Machete.

O Sr. Rui Machete (PSD): — Sr. Deputado Ivo de Pinho, depois da sua intervenção, e em síntese, pergunto-lhe se posso entender a sua tomada de posição fundamentalmente nestes termos: o Sr. Deputado e o PRD entendem que o problema das empresas públicas é um problema importante, não têm nenhuma visão dogmática nem uma interpretação da Constituição apenas sua — tal como o Partido Comunista —, aceitam que o problema tem de ser discutido em termos pragmáticos, naturalmente no cumprimento da Constituição, por isso mesmo dedicam a cada um dos temas a atenção que merecem e procuram as soluções que melhor se coadunam face às dificuldades ou às carências de cada situação.

Se assim for, penso que é perfeitamente possível, em relação ao PRD, encararmos uma discussão extremamente profícua, na medida em que poderemos vir a chegar a soluções consensuais que procurem resolver os problemas.

O Sr. Nogueira de Brito (CDS): — Fia-te nessa!

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Ivo de Pinho.

O Sr. Ivo de Pinho (PRD): — Sr. Deputado Rui Machete, já sabia que tem um espírito de síntese brilhantíssimo e o senhor demonstrou-o mais uma vez.

Quanto à questão que pôs, devo dizer que é isso mesmo.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Brito.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Como há pouco expliquei, esta intervenção destina-se a prosseguir as alegações que vinha fazendo, sob a forma de pedidos de esclarecimento, ao Sr. Ministro da Indústria e Comércio. Como me parece que há questões importantes, não queria deixar de levar até ao fim este «esforço».

Falava eu da responsabilidade do PSD na governação do País de há sete anos a esta parte. Ora, o sector público da economia, o sector empresarial do Estado —nós não temos medo de usar esta designação— tem, na sua maior parte, estado sob a tutela de responsáveis do PSD e a questão que se coloca é a seguinte: se quando os responsáveis do PSD têm em relação ao sector empresarial do Estado, em relação ao sector público da economia, a visão que aqui e hoje ilustrámos através de posições e declarações de responsáveis de conselhos de gestão —como, por exemplo, o presidente do conselho de gestão da TAP— ou até mesmo posições como as que decorrem da própria intervenção que o Sr. Ministro acaba de produzir, não é de pensar que o sector público, em vez de ser bem gerido, em vez de ser gerido no sentido de servir os interesses nacionais, os interesses da economia nacional, é, ao contrário, servido no sentido de dar razão às conceções anti-sector público que esses gestores têm, acontecendo mesmo, como já ilustrámos hoje, e vamos dar muitos exemplos em relação a isso, que alguns desses gestores estão ligados a empresas privadas que são correntes das empresas públicas.

Ora bem, o Sr. Ministro disse, a certa altura, que surgiram fenómenos generalizados de inficiência económica em praticamente todas as empresas públicas, uma política de investimentos desastrosa e uma enorme acumulação de prejuízos, ao que se podia acrescentar ainda os empréstimos externos. Pergunto-lhe: então, de quem é a responsabilidade de tudo isto? Estas questões não são da responsabilidade da gestão e, no que toca aos investimentos, da responsabilidade da tutela, como o Sr. Ministro sabe muito bem?

Então, em relação à situação grave em que algumas empresas públicas estão colocadas, a responsabilidade do PSD não é uma questão essencial? Não é motivo para a acusação que o PCP faz a este governo e ao PSD? O Sr. Ministro pode negar isto?

O Sr. Malato Correia (PSD): — Pode e deve!

O Orador: — O Sr. Ministro teve a feliz ideia de lembrar o voto de confiança que já está depositado na Mesa e, de alguma forma, é o Sr. Ministro que transforma esta interpelação como que numa discussão prévia da moção de confiança. Ainda bem que o fez, pois, na verdade, esse é o verdadeiro sentido desta interrogação.

E é a essa luz que nós devemos perguntar-lhe qual é o significado da sua intervenção; isto é, se a sua intervenção é já um primeiro esclarecimento que o Governo produz em realação ao enunciado do voto de confiança apresentado pelo Sr. Primeiro-Ministro, no sentido de a Assembleia da República permitir o cumprimento do Programa do Governo. Portanto, é nesse sentido que nós tomamos o Programa do Governo, que, em relação às empresas do sector público tuteladas pelo Ministério da Indústria e Comércio, o Sr. Ministro aqui nos trouxe.

Quero recomendar à Assembleia da República a leitura atenta dessa parte do Programa do Governo aqui trazida pelo Sr. Ministro, pois deste modo ver-se-á como ele é, em larga medida, um programa de encerramento de empresas públicas, um programa de desmantelamento e de desarticulação de empresas públicas. Que a Assembleia da República retenha esta informação dada pelo Sr. Ministro da Indústria e

Comércio acerca do Programa do Governo! Esse Programa, segundo o que aqui consta —podemos discutir e esclarecer as afirmações aqui trazidas pelo Sr. Ministro—, é um programa de novos desmembramentos e de novas desarticulações de empresas públicas. Neste sentido, a referência do Sr. Ministro foi uma boa antecipação!

Finalmente, o Sr. Ministro diz que nós somos pela racionalização e rentabilização do sector público. É verdade! Mas o Governo não o é e a acusação que fazemos nesta interpelação é a de que o Governo não é por essa racionalização e essa é a questão que está em causa, pois não serve apenas as empresas do sector público —que são um valor importante e fundamental da economia nacional—, serve também Portugal e os Portugueses.

Aplausos do PCP e do MDP/CDE.

O Sr. Presidente: — Para uma interpelação à Mesa, tem a palavra o Sr. Deputado Nogueira de Brito.

O Sr. Nogueira de Brito (CDS): — Sr. Presidente, desejo apenas informar que o Sr. Deputado Gomes de Pinho desiste da intervenção.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, não havendo inscrições e na medida em que era obrigatório que os partidos gastassem hoje um terço do tempo que lhes foi atribuído para este debate, devo informar que o mesmo se considera utilizado.

Para uma interpelação à Mesa, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Machete.

O Sr. Rui Machete (PSD): — Sr. Presidente, pretendo apenas saber se esta é a ideia certa sobre a matéria: a interpretação do Sr. Presidente —como, felizmente, não há nenhuma norma constitucional que proíba a perda de tempo, caso contrário essa perda não poderia dar-se— vai no sentido de se entender que caducam os tempos previstos para hoje e que eles já não poderão vir a ser utilizados por qualquer dos grupos parlamentares ou pelo Governo?

O Sr. Presidente: — Exactamente, Sr. Deputado.

O Sr. Rui Machete (PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, a próxima reunião plenária terá lugar amanhã, às 10 horas.

Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada a sessão.

Eram 19 horas e 50 minutos.

Entraram durante a sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Alberto Monteiro Araújo.

Álvaro Barros Marques de Figueiredo.

Amândio dos Santos Gomes.

Arménio dos Santos.

Daniel Abílio Ferreira Bastos.

Dinah Serrão Alhandra.

Domingos Silva e Sousa.

Fernando Barata Rocha.

Fernando José Alves Figueiredo.
 Fernando José Russo Roque Correia Afonso.
 Francisco Rodrigues Porto.
 João José Pedreira de Matos.
 Joaquim Eduardo Gomes.
 José de Almeida Cesário.
 José Assunção Marques.
 José Luís Bonifácio Ramos.
 José Mendes Melo Alves.
 Licínio Moreira da Silva.
 Luís António Martins.
 Luís Jorge Cabral Tavares de Lima.
 Manuel Maria Moreira.
 Maria Antonieta Cardoso Moniz.
 Rui Alberto Limpio Salvada.
 Vasco Francisco Aguiar Miguel.
 Vítor Pereira Crespo.

Partido Socialista (PS):

Alberto Manuel Avelino.
 Armando António Martins Vara.
 Carlos Alberto Raposo Santana Maia.
 Helena Torres Marques.
 Fernando Henriques Lopes.
 João Rosado Correia.
 Jorge Lacão Costa.
 Manuel Alegre de Melo Duarte.
 Manuel Alfredo Tito de Moraes.
 Raúl d'Assunção Pimenta Rêgo.
 Rui do Nascimento Rabaça Vieira.
 Victor Hugo de Jesus Sequeira.

Partido Renovador Democrático (PRD):

Ana da Graça Gonçalves Antunes.
 Arménio Ramos de Carvalho.
 Carlos Alberto Rodrigues Matias.
 Carlos Artur Trindade Sá Furtado.
 Paulo Manuel Quintão Guedes de Campos.
 Roberto de Sousa Rocha Amaral.
 Rui José dos Santos Silva.

Partido Comunista Português (PCP):

António Vidigal Amaro.
 Carlos Campos Rodrigues Costa.
 José Manuel Santos Magalhães.
 Maria Odete Santos.

Centro Democrático Social (CDS):

Eugenio Nunes Anacoreta Correia.
 Francisco António Oliveira Teixeira.
 José Luís Nogueira de Brito.

Deputados independentes:

Augusto Martins Ferreira do Amaral.
 Rui Manuel de Oliveira Costa.

Movimento Democrático Português (MDP/CDE):

João Manuel Caniço Seiça Neves.

Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Adérito Manuel Soares Campos.
 Álvaro José Rodrigues Carvalho.

António Joaquim Bastos Marques Mendes.
 Arlindo da Silva André Moreira.
 Arnaldo Ângelo de Brito Lhamas.
 Carlos Alberto Pinto.
 Carlos Miguel Maximiano Almeida Coelho.
 Fernando Monteiro do Amaral.
 Guido Orlando de Freitas Rodrigues.
 José de Vargas Bulcão.
 Manuel da Costa Andrade.
 Manuel Estácio Marques Flórido.
 Mário Jorge Belo Maciel.
 Mário Júlio Montalvão Machado.

Partido Socialista (PS):

Agostinho de Jesus Domingues.
 Aloísio Fernando Macedo Fonseca.
 António Cândido Miranda, Macedo.
 António Domingos de Azevedo.
 António José Sanches Esteves.
 António Magalhães Silva.
 António Manuel de Oliveira Guterres.
 António Poppe Lopes Cardoso.
 Armando dos Santos Lopes.
 Carlos Cardoso Lage.
 Carlos Manuel N. Costa Candal.
 Carlos Manuel Pereira Pinto.
 José Apolinário Nunes Portada.
 José Augusto Fillol Guimarães.
 José Carlos Pinto B., Mota, Torres.
 José Luís do Amaral Nunes.
 Leonel de Sousa Fadigas.
 Mário Manuel Cal Brândão.
 Raul Fernando Sousa da Costa Brito.
 Rui Fernando Pereira Mateus.

Partido Renovador Democrático (PRD):

António Maria Paulouro.
 Bártholo de Paiva Campos.
 Defensor Oliveira Moura.
 Fernando Dias de Carvalho.
 Jaime Manuel Coutinho da Silva Ramos.
 João Barros Madreira.
 Joaquim Carmelo Lobo.
 José da Silva Lopes.

Partido Comunista Português (PCP):

Cláudio José Santos Percheiro.
 Domingos Abrantes Ferreira.
 Jerónimo Carvalho de Sousa.

Centro Democrático Social (CDS):

António Vasco Mello César Menezes.
 Henrique José Pereira de Moraes.
 Henrique Manuel Soares Cruz.
 Hernâni Torres Moutinho.
 Horácio Alves Marçal.
 João da Silva Mendes Morgado.
 José Augusto Gama.
 Manuel Eugénio Cavaleiro Brandão.
 Manuel Fernando Silva Monteiro.
 Manuel Tomás Rodrigues Queiró.

Movimento Democrático Português (MDP/CDE):

José Manuel do Carmo Tengarrinha.

Declaração de voto enviada à Mesa pelo PRD para publicação relativa à proposta de lei n.º 6/IV — Concede autorização ao Governo para rever o regime jurídico da cessação do contrato de trabalho e dos contratos de trabalho a prazo e para estabelecer a disciplina jurídica do trabalho temporário.

O Partido Renovador Democrático votou contra a proposta de lei n.º 6/IV pelos motivos que a seguir se expõem.

O Governo, no preâmbulo desta proposta de lei, apresentou uma justificação de princípios respeitantes à iniciativa da revisão das leis do trabalho e não uma justificação do pedido de autorização para legislar sobre essa matéria.

Declarou, no mesmo preâmbulo, que «entre as medidas legislativas preconizadas no Programa do Governo, no domínio laboral, constava o ajustamento da disciplina do contrato de trabalho ao modelo da legislação da CEE». Certo é que o Governo pode sempre tomar a iniciativa de fazer propostas de lei sobre esta matéria, sem que seja necessária, para o efeito, autorização legislativa.

Mas o Governo tem especial interesse no cumprimento desta disposição programática e sabia que se enviasse essas propostas de lei, sobre o regime jurídico das relações de trabalho, elas seriam significativamente alteradas de modo a reflectir a vontade política do eleitorado, expressa pela representação partidária do presente quadro parlamentar.

Se lhe tivesse sido dada autorização legislativa, os partidos que votassem a seu favor teriam sérias dificuldades em, eventualmente, requerer a ratificação dos diplomas produzidos pelo Governo no exercício dessa autorização.

A autorização legislativa seria, pois, uma manifestação de confiança desta Assembleia no Governo para os fins que este se propõe atingir e, então, a eventual recusa da ratificação dos diplomas produzidos constituiria uma acção penalizante, com a rejeição da obra produzida.

Esta Assembleia estava, portanto, confrontada com a alternativa de negar agora a autorização legislativa, justificando a recusa, ou conceder essa autorização e enfrentar o problema de o Governo criar diplomas que teriam de ser submetidos à ratificação.

Quando deverá um governo pedir autorização legislativa à Assembleia da República? Quando a conveniência política o impõe; quando a necessidade económica o exija; quando a urgência da acção o aconselhe, e quando a aceitação geral o peça.

Ouvimos e registámos os argumentos de certos sectores políticos, conducentes à uniformização de legislação laboral dos países da CEE. Chegou-se a afirmar que deveríamos alterar o nosso regime jurídico do trabalho, tornando-o mais flexível, mais semelhante ao dos países da Europa Ocidental, para facilitar a nossa entrada no Mercado Comum Europeu. Presentemente essa conveniência política está ultrapassada.

A história ensina-nos que as relações de trabalho evoluem no sentido da maior concessão de direitos aos trabalhadores. Uma regressão dos direitos dos trabalhadores processada na nossa legislação poderá ser efectuada, mas, se o for, sê-lo-á contra o progresso social, sê-lo-á contra o processo histórico.

Verifica-se também que a dissemelhança da nossa legislação afecta ao sector laboral, em relação aos regimes jurídicos europeus, não é restrita aos aspectos agora focados pelo Governo, mas abrange outros direitos e regalias dos trabalhadores, tais como a retribuição e o horário de trabalho e ainda a protecção dada pela Segurança Social, em relação aos quais os nossos trabalhadores se encontram em manifesta desvantagem face aos seus colegas europeus.

O Governo começa por querer reformar os diplomas que, no nosso país, podem ser considerados mais avançados na evolução histórica da legislação do trabalho.

Não nos pareceu, pois, que fosse a vontade de harmonizar a nossa legislação ao regime jurídico em vigor na Europa Ocidental a principal razão para o Governo apresentar a proposta da revisão destas leis laborais e só destas. Tivemos, assim, de procurar a causa que pudesse ter provocado tal efeito.

Basta, porém, observar que esta revisão tem sido reivindicada pelo patronato e tem sido sempre repudiada pela organização sindical.

A Organização Internacional do Trabalho adoptou a Convenção n.º 158 respeitante à cessação da relação de trabalho por iniciativa do empregador, na sua Conferência de 1982.

A nossa legislação actual em nada impede a ratificação daquela Convenção.

Sobre a mesma matéria, a OIT emitiu ainda a Recomendação n.º 166, no mesmo ano, na qual se enquadra perfeitamente a legislação nacional. Lendo os textos destes diplomas, ressalta a intenção de salvaguardar os direitos dos trabalhadores, prevenindo e limitando os despedimentos e de atenuar as suas perniciosas consequências.

A urgência da aplicação de um novo regime reveste-se necessariamente de um carácter subjectivo.

A revisão das leis do trabalho tem sido uma reivindicação constante das associações patronais e uma promessa incumprida dos últimos governos.

Na verdade, diga-se que a legislação laboral tem sido alterada e flexibilizada com disposições que permitem a suspensão do contrato de trabalho. Tinha-se em consideração as disposições legais que ficaram conhecidas por «lay off».

Se existe urgência na publicação da legislação afecta aos trabalhadores, se queremos assemelhar-nos aos povos da Europa Ocidental, se queremos adoptar as normas da Organização Internacional do Trabalho, então poderemos começar por ratificar o Código Europeu de Segurança Social sem a reserva que pusemos à aplicação da parte desse Código sobre as prestações em caso de desemprego, conforme ficou expresso no Decreto do Governo n.º 35/83, de 13 de Maio, e ratificar também a Convenção n.º 102 da OIT sobre a norma mínima da Segurança Social, sem a reserva sobre a mesma matéria, conforme ficou expresso no Decreto n.º 94/81, de 22 de Julho, depois de rectificado.

Deveremos começar pela protecção dos trabalhadores contra o desemprego antes de facilitar o despedimento.

Se acreditamos na democracia e se a defendemos, devemos proceder em conformidade. Há, pois, que prestigiar a Assembleia da República para preservar o regime democrático, há que deixá-la exercer as suas atribuições, há que aceitar e cumprir as suas leis.

O Governo, se vier a apresentar ao Parlamento propostas de lei sobre o regime jurídico do trabalho, não deixará de cumprir o seu programa, pois actuará

no âmbito da sua competência, sem prejuízo das atribuições da Assembleia da República.

Por ora, o Governo, pedindo a autorização legislativa, fez o que queria; a Assembleia, negando essa autorização, fez o que devia.

AS REDACTORAS: *Cacilda Nordeste — Maria Amélia Martins.*

PREÇO DESTE NÚMERO: 112\$00

Depósito legal n.º 8818/85

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.